

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ESTER CARDOSO CANDELORI

**TRABALHO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DAS TENTATIVAS DE SUA ERRADICAÇÃO NO BRASIL**

CURITIBA

2003

ESTER CARDOSO CANDELORI

**TRABALHO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DAS TENTATIVAS DE SUA ERRADICAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Silvia Maria P.
Araújo.

CURITIBA

2003

ESTER CARDOSO CANDELORI

**TRABALHO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DAS TENTATIVAS DE SUA ERRADICAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 25 de novembro de 2011.

Profª Orientadora: Drª Sílvia Maria Pereira de Araújo
(UFPR)

Profª Drª Benilde Lenzi Motim
(UFPR)

Profª Drª Maria Tarcisa Silva Bega
(UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Silvia Maria P. Araújo, por sua dedicação e orientação.

Às professoras que formaram a banca examinadora de dissertação, Professora Doutora Benilde Maria Lenzi Motim e Professora Doutora Maria Tarcisa Bega e Professora Doutora Judite Maria Trindade, quando da qualificação, por sua avaliação.

Aos demais professores do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, por suas contribuições em meu processo de formação acadêmica.

À Clarissa, da Ciranda e à Doutora Margaret de Carvalho, da Procuradoria do Trabalho, PRT 9ª Região, pelo acesso permitido ao material de pesquisa e nas reuniões do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Paraná.

À minha família, em especial, meu marido Belmiro César e meu filho Artur, pelo carinho e incentivo. À minha mãe, Lourdes, pelo entusiasmo .

Dedico este trabalho em memória de meu pai, Elpidio Cardoso, Doutor em Educação pela Universidade Salesiana de Roma.

TABELA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONANDA	Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
GECTIPA	Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	International Programme for Elimination of Child Labour
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MPTE	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Programa de Ações Integradas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PRONAGER	Programa Nacional de Geração de Renda
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SCF	Save the Child Foundation
SEAS	Secretaria de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura

UNICEF

United Nations Children's Fund

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar a problemática da erradicação do trabalho infantil a partir dos discursos que se produziram ao longo da história moderna, relativos às descrições de *infância* e dos contextos que separam o mundo adulto do mundo infantil, ou, ao retrato da construção social do que representa a infância: o mundo do trabalho como retrato do universo adulto e a educação formal (escola) como síntese da vida em formação.

Os pressupostos da educação formal e do trabalho norteiam as discussões que embasam os discursos a partir dos quais, a reprodução de valores inerentes ao sistema capitalista e suas contradições, evidenciam a necessidade de se elaborar um *problema social*, o qual necessita de descrição, avaliação e intervenção.

Ao trazer a problemática da construção do trabalho infantil como *problema social*, esta pesquisa pretende analisar o processo histórico da construção da problemática do trabalho infantil retratado como um problema que deve ser exterminado, segundo os discursos, tendo como base categorias *trabalho* e *infância*. Pretende ainda, compreender o contexto histórico e socioeconômico no qual o trabalho infantil passou a ser combatido como um problema social, mais precisamente no Brasil, por meio de políticas públicas, bem como, identificar no processo do que se denomina de *erradicação*, a garantia do controle da formação de mão-de-obra, através dos programas voltados aos jovens e às crianças pobres e vulneráveis.

Por fim, esta pesquisa lança uma reflexão sobre a necessidade de participação das crianças na elaboração de documentos ou iniciativas, que garantam os direitos da infância e da adolescência e que as mesmas possam escolher dentro de suas respectivas realidades, como traçar seus destinos.

A pesquisa tem como base a coleta de dados documentais que evidenciam o pressuposto de trabalho infantil como um problema social, bem como, as contradições no discurso da erradicação, contemplando documentos do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), além de participações nas reuniões do Fórum, em Curitiba, na Procuradoria Regional do Trabalho, durante o ano de 2002.

Palavras chave: Problema social - trabalho infantil – infância – adolescência – educação – trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A SOCIEDADE DO TRABALHO E PARA O TRABALHO	17
2.1 TRABALHO: DISCIPLINA E ORDEM SOCIAL	17
2.2 A INFÂNCIA, O TRABALHO E A ESCOLA	23
2.3 TRABALHO INFANTIL	26
2.4 A CRIANÇA E O TRABALHO NO BRASIL	31
2.5 INFÂNCIA NO BRASIL: DELINQUÊNCIA E LEGALIDADE	36
3 O PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	42
3.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL	43
3.2 ORGANIZAÇÕES, LEGISLAÇÕES E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	51
3.2.1 Histórico do processo de erradicação do trabalho infantil	52
4 TRABALHO INFANTIL: A PROBLEMÁTICA DA ERRADICAÇÃO	57
4.1 AÇÕES RELATIVAS À ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	58
4.2 AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: O DISCURSO DA ERRADICAÇÃO	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

A projeção que um tema assume a ponto de transformar-se em objeto de pesquisas acadêmicas ou ser alvo da mídia, decodifica o quanto a sociedade está envolvida com a problemática, ou, o quanto esse tema foi transformado em *problema social*, por determinadas instituições, num determinado contexto histórico, político e econômico. Este é o caso do tema desta dissertação

O trabalho infantil, como tema de pesquisa, tem suscitado diversos tipos de análises. A maioria delas, com ênfase na exploração da mão-de-obra, busca, por meio de dados estatísticos, demonstrar o contingente expressivo de crianças que trabalham, definindo o tipo de atividades desenvolvidas pelas crianças e, sobretudo, o número de crianças que, por trabalharem, distanciam-se da escola, independente do lugar pesquisado.

Esta pesquisa não pretende identificar o número de crianças trabalhando, embora este seja um dado importante, tampouco, quantas crianças estão inseridas nos programas voltados à erradicação do trabalho infantil. Pretende sim, analisar a construção social da noção de trabalho infantil como um problema que deve ser erradicado da sociedade e o alcance deste objeto.

Para analisar a problemática do discurso da erradicação do trabalho infantil, partiu-se da visão funcionalista. Segundo Durkheim, tudo aquilo que representar anomia para a sociedade, ou todo comportamento que, na coletividade representar uma disfunção, provoca a desarmonia social. Para que a ordem social seja mantida, sob o ponto de vista durkheimiano, é preciso eliminar o que provoca a irregularidade, a disfunção, o desequilíbrio social. Para tanto, a sociedade moderna lança mão do direito como fonte máxima da manutenção da ordem, por meio da lei.

O trabalho, para Durkheim, surge do paradigma da integração social, da necessidade de coesão, de harmonia e de solidariedade que os indivíduos conseguem produzir nas relações de interdependência entre diferentes funções ou necessidades. É, pois, na divisão do trabalho social que, ao se completarem, geram um tipo de coesão social, a *solidariedade orgânica*, conforme Durkheim em sua clássica obra *A divisão do trabalho social*:

(...) A individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo em que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimento próprio. Essa solidariedade se assemelha a que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua autonomia, e, contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho. (DURKHEIM, 1999, p. 108).

Assim, as diferentes funções são exercidas por diferentes instituições sociais, as quais afetam as condutas individuais e a manutenção da ordem estabelecida em diferentes sociedades no tempo.

A integração social seria o ponto de referência para a sociologia funcionalista. Para esta pesquisa, compreender o trabalho infantil não apenas como problema que deve ser eliminado da sociedade, mas, também como fator que requer a intervenção de políticas públicas para garantir a integração dos elementos desagregados socialmente, no caso, as crianças que trabalham. Isso define uma forma específica de se interferir na realidade social e passa a constituir uma especificidade, um objeto construído e institucionalizado.

O processo da dinâmica de institucionalização de uma determinada realidade social constitui a problemática desta mesma realidade, fruto das tipificações recíprocas das ações num determinado curso histórico, que resulta da necessidade de estabelecer o controle social, conforme Berger e Luckmann, em *A construção social da realidade*:

(...) As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCKMANN, 2000, p.80).

Portanto, a construção social da noção de trabalho infantil a partir de seu curso histórico e da institucionalização do problema surge da necessidade de se estabelecer um controle sobre a realidade social que compreende esse universo.

Ao trazer a problemática da construção do trabalho infantil como problema social, esta pesquisa tem por objetivos:

1- analisar o processo histórico da construção da problemática do trabalho infantil ao ser entendido como um problema social que deve ser erradicado, tendo como base análise às categorias trabalho e infância;

2- compreender o contexto socioeconômico no qual o trabalho infantil passa a ser combatido por meio de políticas públicas, especificamente no Brasil, e de iniciativas de organizações internacionais, como UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e OIT (Organização Internacional do Trabalho);

3- identificar no processo de erradicação, a busca não apenas pela garantia dos direitos humanos das crianças e jovens, mas o controle da formação de mão-de-obra, por meio do imperativo do trabalho assalariado na sociedade capitalista contemporânea;

4- sugerir que as crianças sejam consultadas quanto aos seus direitos e que possam escolher seu destino, tendo em vista a realidade socioeconômica das diferentes crianças que trabalham e que não possuem alternativas de sobrevivência, de lazer ou de educação;

Para analisar a problemática da erradicação, a partir do pressuposto de trabalho infantil como um problema social, foram apontadas no discurso, as contradições existentes da erradicação, na medida em que tal discurso representa a ideologia dominante. Nesse sentido, fez-se necessário a análise dos documentos do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), além das participações nas reuniões do Fórum, em Curitiba, na Procuradoria Regional do Trabalho, durante o ano de 2002, bem como das visitas periódicas à *Ciranda*¹, no mesmo período.

O conceito de ideologia, para esta pesquisa, refere-se ao conjunto de valores, idéias, interesses de uma determinada classe social, que, para manutenção do poder desta mesma classe, passam a ser universalizados, incorporados pela sociedade como valores universalmente válidos, pois, segundo Terry Eagleton, em *Ideologia*:

¹ *Ciranda*: Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência. A Ciranda, criada em 1997, atual junto aos principais veículos de comunicação do Paraná, ingressando, em 2000, na Rede ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)

Um importante expediente utilizado pela ideologia para alcançar legitimidade é a universalização e “eternização” de si mesma. (...) O *Locus classicus* dessa visão pode ser encontrada em A ideologia alemã, na qual Marx e Engels argumentam que: cada nova classe que assume o lugar daquela que governava antes é compelida, a fim simplesmente de levar a cabo seus objetivos, a representar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, explorá-lo de maneira ideal: tem de dar a suas a forma de universalidade, representando-as como as únicas racionais e universalmente válidas.(EAGLETON, 1997, p. 60)

Essa noção de ideologia como universalização de valores legitima a busca por se erradicar o trabalho infantil, em nível mundial, tendo como princípio os direitos humanos das crianças, assim como a necessidade de se elaborar leis, nos diferentes países, que assegurem a garantia desses direitos às crianças e aos adolescentes, considerados como sujeitos de direito.

A análise da categoria *trabalho* teve como base teórica *O Capital*, Livro 1, no qual Marx define e analisa o processo de produção do capital. O trabalho é entendido a partir da visão marxista como estrutura das relações sociais concretas estabelecidas em sociedade, que, com o advento do capitalismo como modo de produção, definiram e diferenciaram a sociedade em duas classes sociais distintas: os donos dos meios de produção, os capitalistas, como classe dominante e o proletariado, como classe dominada. O trabalho, essência da relação que sustenta e reproduz o sistema capitalista, por meio da produção de valor ou lucro, engendra em sua realização a exploração do capital sobre o trabalho.

O valor moral que constitui a cultura capitalista incorporada pela sociedade ocidental moderna foi analisada a partir da obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, na qual Max Weber analisa a formação do *ethos* do capitalista. O sentido religioso e virtuoso do trabalho consolida seu caráter econômico, como forma de estabelecer um valor ao trabalho e um perfil do genuíno trabalhador.

A análise partiu da reconstrução do sentido de trabalho e da situação dos grupos sociais que, impossibilitados de trabalhar, eram confinados, a partir do século XVII, na França e na Inglaterra, em instituições que visavam tirar de circulação todos aqueles que não tinham capacidade de auto-sustentação, compondo um quadro de mendicância e abandono. Eram os pobres identificados como incapazes de se manterem, vigiados e até punidos, por serem inaptos a realizar atividades que lhes trouxessem algum reconhecimento social (CASTELL, 2001, p. 56)

A utilização do trabalho como forma de disciplinar esses grupos sociais, em instituições próprias para esse fim, proporcionou a formação de uma reserva de mão-de-obra válida, pois, segundo Foucault, em *História da Loucura*: “... a alternativa é clara: mão-de-obra barata nos tempos de pleno emprego e de altos salários; e em períodos de desemprego, reabsorção dos ociosos e proteção social contra a agitação e as revoltas.” (FOUCAULT, 1999, p.67)

A ideologia de disciplina social pelo trabalho, aliada à preparação, formação de mão-de-obra válida, garantiu para as elites o controle social sobre as classes pobres, diferenciando, definitivamente aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas seu corpo como ferramenta. Esta diferenciação social identifica as classes pobres com a classe trabalhadora o que perdura ao longo da história do Ocidente.

A situação da classe trabalhadora no regime das fábricas durante o século XIX e a utilização da criança como mão-de-obra válida, tanto quanto adulta, foram descritas a partir da pesquisa realizada por Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, obra na qual o autor pesquisou o cotidiano das fábricas inglesas. Engels criticava a utilização de crianças para o trabalho, chamando a atenção para a ausência de leis que garantissem que as crianças não fossem exploradas.

No Brasil, essa problemática da criança que trabalha foi abordada pelo debate da construção da noção de infância pobre ligada à delinquência e vadiagem, a qual também foi reclusa e disciplinada nos educandários e reformatórios. Seguiram-se aí os trilhos da análise inicial, na qual o trabalho significa disciplina, ordem e controle social.

Pra essa abordagem as bases de pesquisa foram: *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*, da Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre Infância, da Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro, sob a organização de Irene Rizzini, bem como *História social da criança no Brasil*, organizado por Mary Del Priore. Essas referências de pesquisa levaram à análise de como a infância foi tratada no Brasil, a partir do final do século XIX, com a abolição da escravidão, quando um contingente de crianças abandonadas acumulou-se nas ruas. Mais tarde, juntaram-se a elas os filhos dos operários, definindo um grupo social que preocupava as classes dirigentes, pois representava ociosidade e delinquência.

Alguns segmentos sociais, como médicos sanitaristas, juristas e filantropos denunciaram a condição das crianças pobres, que eram vistas como incapazes, vítimas da ignorância, necessitadas de auxílio. O Estado, pela pressão exercida por estes segmentos sociais, bem como pelos sindicatos de trabalhadores, elaborou em 1927, o Código de Menores, primeiro conjunto de leis brasileiras voltadas à infância e juventude, no qual permanecia a ideologia do trabalho com necessário às classes pobres, principalmente como forma de educar para prevenir e disciplinar.

Durante as décadas de 1930 e 1949, no governo de Getúlio Vargas, por meio da constituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), estabeleceu-se a condição de aprendiz para jovens trabalhadores, estipulando o trabalho educativo como aquele que congrega as atividades escolares e o trabalho, atividade geradora de renda, ligada principalmente à indústria e ao comércio. Essa condição perdura na atualidade.

Durante as décadas seguintes, outras leis foram criadas e, muito embora tenha havido iniciativas por parte de grupos que se preocupavam com a questão da infância e criticavam as políticas de atendimento à infância pobre, esta ainda permanecia vinculada à noção de delinquência e vadiagem.

No final século XX, no Brasil, surgiu o ECA, em 1990, resultado de ampla discussão em torno dos direitos humanos das crianças, por parte de grupos da sociedade civil organizada, durante a década de 1980. O processo vivenciado naquele momento, quando o país tentava se estruturar sob um estado democrático, após a ditadura militar, ocorriam debates em torno da nova Constituição, elaborada em 1988, configurando o contexto político no qual foi possível a elaboração do ECA.

Além desse contexto especificamente brasileiro, organizações internacionais, como OIT e UNICEF, iniciaram um processo de combate à exploração de mão-de-obra infantil, pressionando países em desenvolvimento, como o Brasil, a incluírem na agenda nacional como prioridade a questão dos direitos humanos de crianças e adolescentes, por meio de uma legislação apropriada.

Esta análise foi realizada a partir dos documentos citados anteriormente, por se entender que eles expressam as ações sobre a infância, no sentido de normatizar, vigiar, ou seja, manter a ordem social.

Dessa forma, a partir do paradigma de trabalho como disciplina e ordenamento social, analisou-se como a sociedade ocidental moderna ao longo da história estabeleceu relações sociais concretas. Essas relações, gestadas na

transição entre Idade Média e Idade Moderna, no contexto europeu, consolidaram, com o advento do capitalismo, a divisão da sociedade em classes.

Para analisar a construção da noção de trabalho infantil como problema social, foi preciso desconstruir a noção de trabalho. Para tanto, recorreu-se à historiografia, como forma de montar o quebra-cabeça sobre a estruturação da sociedade ocidental nas relações a partir do trabalho ou de sua ausência, carência ou incapacidade de trabalhar por parte de alguns grupos sociais, e de suas consequências, que a pesquisa tomou forma.

Em paralelo a questão do trabalho, aliou-se a construção social da noção de infância, que na cultura ocidental moderna, representa um tempo de preparo para a vida adulta. Essa noção não está dissociada da atividade trabalho, pois Philippe Ariés, em *História social da criança e da família*, registrou que a criança na Idade Média, exercia atividades em conjunto com sua família e sua comunidade, ou seja, sua vida não era separada da dos adultos. Na sociedade moderna, com o advento do capitalismo como modo de produção, a criança foi separada, gradativamente, da vida adulta – para os adultos é reservado o trabalho e para as crianças, o estudo e as brincadeiras.

A valorização da educação formal é realizada em instituições que separam as crianças por faixas etárias, preocupadas não apenas com a transmissão do conhecimento científico, mas em disciplinar seu caráter, definindo a escola como instituição máxima do controle do saber e do ordenamento social dos diferentes grupos, na medida em que ela prepara a criança para o futuro. Ademais, a escola estabelece um discurso de igualdade social que, na realidade, oculta os processos das contradições sociais. A discussão sobre o papel da escola na sociedade capitalista ocidental foi realizada nesta pesquisa, com base na obra *A mistificação pedagógica*, de Bernard Charlot.

Para dar conta das análises propostas, esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo discute os aspectos históricos e sociais que compõem a construção social da noção de infância e do sentido do trabalho como disciplina e ordenamento social.

Além disso, analisa o surgimento do trabalho infantil como um problema social, contextualizado no final do século XX.

O segundo capítulo trata dos reflexos da crise econômica e social, bem como a reestruturação do papel do Estado na elaboração de políticas compensatórias e paliativas para as classes pobres.

Para essa discussão, utilizaram-se como referências *O trabalho sob fogo cruzado*, de Márcio Pochmann e *A política social do Estado capitalista*, de Vicente de Paula Faleiros, que tratam da crise econômica mundial, do desemprego e da desestruturação do mercado do trabalho.

Ainda, foram utilizados dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) que demonstram o panorama atual da situação do trabalho infantil no Brasil. Também, foi utilizada a pesquisa de Simon Schwartzman, encomendada pela OIT, *O trabalho infantil no Brasil*, que traça um perfil do que constitui o universo do trabalho infantil no Brasil. Esse capítulo trata ainda, do histórico das lutas para erradicação do trabalho infantil em nível mundial considerando-se os parâmetros estabelecidos pelo UNICEF, para se combater a exploração de mão-de-obra infantil.

O terceiro capítulo contempla a descrição e análise do ECA, do PETI e do Fórum Nacional, com ações do estado e vinculadas a organizações internacionais, OIT e UNICEF, que visam acabar com a exploração da mão-de-obra de crianças.

A partir da análise parcial dessas três instâncias, ECA, Fórum Nacional e PETI, verificam-se as contradições existentes no processo de erradicação, especificamente no Brasil, na medida em que essas exercem um papel de controle das classes pobres, ao fiscalizar o cotidiano das crianças inseridas nos programas, sem, contudo, estabelecer metas de transformação efetiva da realidade social dessas mesmas crianças e jovens, pois, findo o prazo do PETI, o adolescente acaba muitas vezes, voltando a trabalhar, por imposição de sua condição de vida.

Para finalizar, este trabalho propõe que a exemplo da Fundação *Save the Children*², as crianças sejam consultadas, ouvidas e respeitadas, no sentido de poderem escolher como querem que seus direitos sejam reconhecidos e, até mesmo, identificar quais são os seus direitos, por elas mesmas. O princípio de manutenção dos direitos humanos das crianças pode estar em consultá-las e não, impondo-lhes situações às quais não existe escolha, permanecendo como operárias do processo de erradicação.

² *Save the Children Foundation*, ou, Fundação Salvem as Crianças, é uma aliança Internacional de 24 Organizações que atuam pelos direitos das crianças em mais de 100 países, engajados com assuntos relativos às crianças que trabalham, quer em sua defesa, quer em projetos que atuem naquela realidade social.

2 A SOCIEDADE DO TRABALHO E PARA O TRABALHO

2.1 TRABALHO: DISCIPLINA E ORDEM SOCIAL

A noção de trabalho como princípio organizador da vida social não é exclusiva da sociedade ocidental moderna, pois diferentes culturas em contextos históricos peculiares, se utilizaram e se utilizam do trabalho como forma de estabelecer regras e identificar os grupos sociais pela atividade que desenvolvem, seja em relação ao gênero, como nas sociedades tribais, seja em detrimento da posição que determinado grupo ocupa em relação a outro, estabelecendo as regras do jogo do poder, como nas sociedades ocidentais modernas.

O significado atribuído ao trabalho está diretamente relacionado com o grau de importância a ele instituído, a partir de relações sociais concretas que lhe confere determinado valor para a organização social, bem como para a manutenção dos laços sociais e de poder de determinadas instituições, como por exemplo, as instituições que formulam as leis e códigos de conduta. Para a sociedade ocidental moderna o trabalho assalariado transformou definitivamente antigas formas de organização social. A sociedade ocidental, após a Revolução Industrial, vivenciou uma ruptura nos padrões tradicionais de organização social, voltados principalmente para a produção agrícola de subsistência familiar, na qual adultos e crianças realizavam as tarefas diárias em conjunto e o aprendizado representava um saber compartilhado.

Na sociedade moderna, o trabalho e o saber intelectual e científico passaram a representar conhecimentos distintos, que fazem parte de universos sociais próprios, caracterizando e diferenciando o mundo adulto do mundo infantil, bem como estabelecendo a diferenciação entre os grupos sociais. Existem, portanto, aqueles que reproduzem o saber, pois a eles é dado o acesso aos meios práticos e intelectuais de se produzir conhecimento e aqueles identificados e reconhecidos socialmente por exercerem atividades essencialmente práticas, as quais não exigem conhecimento elaborado ou saber científico, apenas capacidade de repetir a mesma função por muitas horas, como o trabalho nas fábricas.

O trabalho, embora proporcione a reprodução da lógica do capital, pois sem trabalho não há produção e sem produção não há excedente e sem excedente não há lucro, vai além dos princípios econômicos ligados à produção de mercadorias. Ele

estrutura a moral compartilhada em sociedade pelos indivíduos. Ao mesmo tempo em que trabalho é sinônimo de sobrevivência na sociedade capitalista, este confere aos indivíduos uma identidade social representada pela capacidade de se exercer um determinado trabalho.

Em decorrência, o papel marginal ocupado por aqueles que estão fora do mundo do trabalho, por exemplo, os vagabundos, tornou-se motivo de preocupação para instituições que representam a manutenção da ordem social e do poder decisório, como a Igreja e o Estado, que, juntos, realizaram as primeiras iniciativas de assistir àqueles que, por algum motivo, tornaram-se incapazes de trabalhar, ou que temporariamente, não conseguiam manter-se. (CASTELL, 2001, p. 56).

As relações sociais estabelecidas através do trabalho e a exclusão dos indivíduos que não aceitaram trabalhar, como os mendigos, ou que, estiveram à margem, em situações temporárias como desemprego, fez com que as classes dirigentes nos primórdios do processo de industrialização europeu, tomassem algumas medidas de ordenamento social, como forma de homogeneizar e identificar os diferentes grupos de indivíduos, tendo como base de identificação o trabalho, como atividade não apenas geradora de renda, mas capaz de sustentar esses indivíduos. Aliada à idéia de auto-sustentação pelo trabalho, uma idéia ainda baseada em princípios cristãos da Igreja católica da Idade Média, levou em conta o caráter ético e moral do trabalho, pois segundo comentário de Bresciani:

(...) O poder moralizador do trabalho para aqueles que por terem somente a propriedade do próprio corpo deveriam trabalhar sem interrupção para sobreviver tornou-se uma máxima que as igrejas protestantes e católicas assumiram cabalmente. (BRESCIANI, 1986, p. 22).

O trabalho era entendido como a atividade que garantia ao homem uma vida digna e de plena aliança com Deus – o sentido de “dever cumprido”, que une o significado sagrado da religião ao sentido prático da existência humana terrena.

A origem do capitalismo, para Max Weber, constituiu-se como forma de vida burguesa, mediante a formação de um sentimento cristão que restringia a usura e o luxo, dando vazão à produção e ao acúmulo de capital.

Weber utilizou-se de Benjamin Franklin como um modelo genuíno do espírito capitalista originalmente norte-americano, influenciado pela moral cristã das religiões protestantes, que tiveram sua base de sustentação na atividade moral do trabalho,

como forma não apenas de produzir e acumular riquezas, mas como meio de garantir um estado de graça – em nome do sacrifício ou de uma vida honrosa, sem grandes apegos materiais. Essa vida honrosa ligada à ética protestante estaria ao alcance daqueles que se encaixassem no perfil exigido, conforme Weber:

Assim, a peculiaridade desta filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo. Na verdade, o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como tolice, mas como um esquecimento do dever. Esta é a essência do problema. O que é aqui preconizado não é mero bom senso comercial – o que não seria nada original – mas sim um *ethos*. (WEBER, 1981, p.31)

A moral de homem honesto, de crédito reconhecido e a idéia de dever a cumprir – que somente será cumprido à medida que esse homem honesto exercer uma atividade que gere lucro, ou seja, trabalho – constitui o que Weber denomina *ethos*.

A perspectiva do acúmulo faz do utilitarismo a base das ações e relações do homem moderno capitalista: “A honestidade é útil porque assegura o crédito; do mesmo modo a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade, e, esta é a razão pela qual são virtudes.” (WEBER, 1981, p.32)

A vocação do homem moderno é compreendida por Weber, como uma virtude, que define o *ethos* burguês ou capitalista. Dessa forma, o espírito do capitalismo tem origem, conforme o autor, na transformação de uma atividade de produção que gere renda, ou riqueza, numa virtude, pela idéia de vocação.

Com base nas tradições cristãs, tanto da Igreja Católica quanto das religiões protestantes, o trabalho representou, durante muito tempo na história ocidental, a realização humana, como capacidade adquirida pela dádiva divina, a qual compete ao homem realizar arduamente para se manter digno de sua missão como ser humano. Essa tradição, mesmo que reformulada através das legislações e das instituições que as garantem, ainda vigora no âmago religioso das tradições judaico-cristãs, corroboradas nas filosofias pedagógicas adotadas em instituições de ensino.

O significado do trabalho relacionado à capacidade de produzir para se auto-sustentar, já incorporado pela cultura ocidental moderna, representou, conforme comentário acima, a preocupação das classes dirigentes nos primórdios do Capitalismo. Essa preocupação refletiu-se na organização das cidades, estabelecendo a distinção entre os que poderiam se sustentar trabalhando e aqueles

que não o conseguiam. Contudo, independente da origem dessa situação de incapacidade de auto-sustentação, indivíduos com diferentes perfis carregaram o certo estigma por não trabalharem. Durante muito tempo, principalmente durante as crises sociais na Europa, no final da Idade Média e início da Industrialização, foram confinados em instituições com o objetivo de retirar de circulação aqueles que não trabalhavam, como forma de esconder a pobreza e os defeitos existentes na classe pobre, como o abandono de crianças.

Esses grupos representavam uma grande parcela da população que trazia o desgosto a olhos nus, pois eram desvalidos, doentes, abandonados, sem lar, órfãos, desempregados, deficientes físicos ou com problemas mentais. A reclusão desses grupos significou o ordenamento social em nome de uma saúde pública, para manter corpos saudáveis e trabalhadores em circulação, retirando do convívio social aqueles que contrastavam com essa ordem significativamente, de modo visível. Moralizar a vida dos pobres era o sentido da reclusão e do isolamento, independente da idade, pois crianças abandonadas poderiam se tornar futuros vadios, sem paradeiro ou, sem compromisso com sua própria manutenção. Sobre a reclusão de crianças, Bresciani analisa:

A força moralizadora do trabalho e o insuportável espetáculo da vagabundagem e da mendicância infantil reforçaram-se reciprocamente nas propostas de enclausuramento das crianças pobres. Torná-las aptas ao trabalho, mas também fazer delas as aliadas inconscientes das autoridades junto às suas famílias. Recolhendo as crianças que vagavam pelas ruas, inspecionando as casas de suas famílias, o visitador do pobre, seja na versão leiga ou na religiosa, chegou até o século XIX como uma personagem estratégica para manter sob vigilância aqueles que dependiam do auxílio da caridade. (BRESCIANI, 1986, p.23)

É possível perceber que, além do isolamento, havia um controle do cotidiano e dos costumes dos pobres. O visitador representava a inspeção, o controle, à checagem se tudo corria bem com aqueles que viviam sob tutela da Igreja ou da caridade alheia. A vida livre era uma vida vigiada; consistia numa forma de se manter a ordem e o distanciamento, entre os que precisavam de caridade e aqueles que a forneciam.

Michel Foucault estabelece uma arqueologia do sentido da reclusão, ou da retirada de circulação e do convívio social de determinados grupos sociais, para os quais a grande questão que se colocava era a falta de trabalho ou a incapacidade de trabalhar. Foucault analisa a criação do chamado *Hospital Geral*, na França durante o século XVII, que, em sua origem, tinha o objetivo de sanar as doenças sociais, como

a mendicância: *“De início, a instituição atribuía-se à tarefa de impedir a mendicância e a ociosidade, bem como as fontes de todas as desordens.”* (FOUCAULT, 1999, p.67).

Estas instituições, no entanto, durante os períodos de uma certa ordem econômica caracterizaram-se, com o passar do tempo, não mais apenas como de reclusão, mas, como lugares que buscavam preparar os grupos de desvalidos e desempregados, os Hospitais Gerais passaram a ser casas que visavam a formação de mão-de-obra válida:

O descaso com que homens, mulheres e crianças foram tratados pelos patrões parece ir além de uma busca exclusiva de lucro fundada na exploração do trabalho e traz à tona um preconceito profundamente arraigado desde os começos da era moderna; vale dizer, a certeza de que o homem pobre, aquele que só participa da associação dos homens com seu trabalho (da sociedade saída do contrato na versão de Locke) deve trabalhar ininterruptamente para preservar o único bem que possui – a vida no seu corpo. (BRESCIANI, 1986, p.33)

É a eles, os pobres, que se destinou toda ordem de instituições responsáveis, seja pela tutela temporária, a cargo da Igreja e do Estado, seja por meio da instituição e preparação, a exemplo das chamadas *workhouses* na Inglaterra no século XVII, as quais faziam uso da melhor forma possível a mão-de-obra barata que sobrava nos processos de exclusão, causados nos primórdios da industrialização. Estas casas foram, segundo a autora, as precursoras das fábricas modernas:

Não existe exagero algum na afirmação de que as casas de correção ou casas de trabalho foram o protótipo das fábricas em muitas regiões da Europa. Os Colleges of Industry do quaker John Beller, a Bristol “Mint” dos comerciantes dessa cidade e as “workhouses” propostas por John Locke foram algumas das experiências que no século XVII procuraram transformar vagabundos em trabalhadores, buscando ao mesmo tempo reduzir a carga paroquial com a caridade. (BRESCIANI, 1986, p.20).

Os processos de reclusão e de isolamento constituíram-se na busca de homogeneizar a sociedade mediante padrões aceitos e designados como corretos. O trabalho exerceu e ainda exerce a função de ordenamento da sociedade para a disseminação desses padrões, instituindo-se como valor moral.

A tentativa de disciplinar por meio do trabalho evidencia o quanto as classes dirigentes procuravam manter-se no poder, pois eram reconhecidas socialmente como classe capaz de elaborar formas de ordenamento, que exercessem a distinção entre os que deveriam trabalhar e, para tanto, deveriam ser preparados por aqueles que, detentores dos meios de produção e do conhecimento formal, se fizeram valer

de técnicas e teorias que serviam para justificar suas intervenções na realidade social, em nome de uma organização entre o mundo dos trabalhadores e o mundo das classes dirigentes. Esta distinção independia de sexo ou idade, o que importava, era a ideologia do trabalho como meio de sobrevivência, como fator disciplinador e formador de mão-de-obra e do caráter do trabalhador, como indivíduo capaz de exercer determinada função e de contribuir através de sua força de trabalho, com a solidificação do sistema capitalista.

Portanto, o trabalho de crianças pobres, filhas de operários ou crianças abandonadas, também passou a ser importante no conjunto da produção. A criança foi considerada válida para exercer atividades que gerassem renda e que resultassem no lucro dos empregadores. E também a preparação de sua capacidade futura foi considerada, pois na era moderna uma criança representa um adulto em formação, o que significa se auto-sustentar e reproduzir o ciclo de formação para o trabalho.

A noção de infância, na sociedade ocidental moderna, não está desligada da ideologia de educação, formação de disciplina, sustentada pela tradição do isolamento, pois para se educar era preciso garantir uma boa formação. Os educandos não poderiam, portanto, permanecer em contato com os defeitos e os males da sociedade: deveriam aprender a saná-los, com aprendizado que propiciava a formação do valor moral do trabalho. Estas tarefas ficaram a cargo das instituições de ensino, as escolas – que durante muito tempo, tiveram a incumbência de disciplinar as crianças com normas rígidas e castigos físicos.

Para a sociedade moderna, a educação e a formação dos indivíduos é fundamental, não apenas para garantia de uma função como trabalho, ou capacidade de auto-sustentação, mas para a organização dos valores de classe, perpetuando a distinção entre aqueles que precisam ser treinados para trabalhar e aqueles que precisam sedimentar conceitos intelectuais e científicos, distinguindo, novamente, as classes sociais.

2.2 A INFÂNCIA, O TRABALHO E A ESCOLA

A infância moderna compreende um tempo de preparo para a vida adulta. É definida, a infância, como a fase em que as brincadeiras, a vida em família e a dedicação aos estudos fazem parte do universo da criança e de seu processo de socialização. Essa infância ou esse padrão de infância, como modelo ideal relacionado aos tipos de atividades que caracterizam a vida social de crianças em desenvolvimento, identifica uma noção construída social e historicamente, a partir de relações sociais específicas estabelecidas em sociedade. Tais, relações são pautadas na produção material, nas trocas econômicas, nas tradições religiosas e nos significados que lhes são atribuídos.

A infância moderna possui um mundo próprio de atuação na sociedade ocidental, separada do mundo adulto. É uma etapa da vida em que é permitido realizar determinadas atividades no convívio social, sempre de modo vigiado e controlado, por intermédio das instituições família e escola. Estas são responsáveis tanto pelo processo de socialização dos indivíduos, quanto pela disseminação de pensamentos, valores e comportamentos, que garantem a reprodução ideológica do sistema capitalista, perpetuando, de forma sutil, a sua existência. Esse controle inclui cuidados, muitas vezes com a intervenção de técnicos e especialistas, como psicólogos e pedagogos, solicitados tanto pela família quanto pela escola, para que esse indivíduo em formação possa desenvolver-se da melhor forma, sem destacar-se de modo negativo perante seus pares.

O caráter histórico e social da noção de infância indica uma concepção já incorporada na cultura ocidental, a partir dos processos que modificaram a estrutura das relações sociais, como a industrialização, a formação de classes sociais com interesses divergentes entre trabalhadores e capitalistas, bem como a institucionalização do ensino e da família burguesa com seus valores ligados à propriedade privada e à manutenção dos bens, como capital, por meio da herança e do casamento, ou seja, do nome da família.

As exigências com a formação da criança e os cuidados sobre ela separaram, definitivamente, o mundo adulto do mundo infantil. (ARIÉS, 1981, p. 277).

O universo adulto compreende o trabalho, a luta pela sobrevivência, a realização profissional, a produção e o acúmulo de bens; o mundo infantil é o mundo das brincadeiras, mas também da escola, da socialização e da preparação para o

trabalho. Essa concepção de criança e de mundo infantil separado do mundo adulto foi elaborada à medida que as relações sociais foram sendo modificadas, de forma lenta, transformando antigas tradições e costumes anteriores ao advento do capitalismo industrial. É, portanto, na sociedade moderna que a criança passa a ser entendida como indivíduo e, também, como parte de um grupo de indivíduos em formação, que deve ser preparado para a vida adulta. Esta preparação ficará sob a responsabilidade da escola.

A família e a escola passam a delimitar os passos da vida da criança, observando-a em suas ações, de modo a disciplinar suas condutas em sociedade, para assim poder reproduzir, ideologicamente, tudo aquilo que representasse o seu grupo social de origem, como a produção e o acúmulo de capital, a conservação das propriedades da família, bem como os valores morais e religiosos de sua classe social. A escola, neste sentido, teve um papel importante na conservação de valores de classe e na manutenção da ordem social, como instituição não apenas responsável pela transmissão do saber organizado, mas pela disciplina imposta e pela manutenção da ideologia do sistema capitalista como modo de produção.

A escola, em seu papel pedagógico, reproduz a ordem social, como instituição responsável e reconhecida, pela transmissão do saber, tanto prático quanto intelectual, porém formal e científico, diferente do saber compartilhado no cotidiano pelo senso comum. Ao valorizar as aptidões individuais das crianças, a escola evidencia as diferenças, tanto individuais quanto sociais, pois, como argumenta Charlot em *A mistificação pedagógica*:

A educação é, ao mesmo tempo, um processo cultural e um fenômeno social. A pedagogia, teoria da educação, põe em evidência o primeiro aspecto da educação e oculta o segundo. Mascarando assim a importância social da educação por trás de seu sentido cultural, a pedagogia desempenha um papel ideológico. (CHARLOT, 1983, p.31).

A valorização da formação individual na sociedade contemporânea busca desenvolver capacidades que competem ao próprio indivíduo; buscam-se aptidões, mas também se apontam falhas, tidas como problemas relativos à personalidade. Mesmo que, na atualidade, a prática pedagógica procure contextualizar o aluno em sua realidade social, a escola ainda preserva, como instituição formal reconhecida, o caráter de sua origem: disciplinar os grupos sociais de crianças e adolescentes, divididos por idades, garantindo uma relativa ordem social e a transmissão de valores que mantenham esta ordem. Também atua, ao valorizar o indivíduo, como formadora

de trabalhador, dando ênfase às habilidades pessoais, que venham expressar, de modo positivo, esse indivíduo diante de seu grupo, incentivando a formação de empreendedores, vencedores, expoentes num fazer que possa gerar valor, o que lhes garantirá um perfil exemplar de trabalhador:

(...) As capacidades pessoais remetem ao comportamento geral do trabalhador; é desejável que ele seja sério, ponderado, calmo, capaz de não tomar demasiadas iniciativas, inteligente, mas não ao ponto, entretanto, de achar seu trabalho monótono e pouco interessante, sóbrio, se possível bom esposo e bom pai de família, eventualmente bom católico, e, em todo caso, muito resistente de toda tentativa de subversão sindical ou política.” (CHARLOT, 1983, p. 75)

Valorizando o indivíduo, a pedagogia atua, também, com base na ideologia da igualdade social, garantida por lei. A própria escola é uma instituição formal por exercer a lei e possuir ela mesma seus regimentos específicos. Atuando de forma legal, a escola é difusora de ideologia, ao mascarar a realidade social na qual estão inseridas as crianças: realidade de conflitos e diferenças entre classes sociais. Segundo Charlot:

A pedagogia não leva em conta diretamente a significação social da educação, e notadamente sua importância na divisão do trabalho, por trás de argumentos culturais. Ela dissimula, antes de tudo, as desigualdades sociais e as lutas que estas engendram. (CHARLOT, 1983, p. 75).

Para a noção de infância incorporada pela cultura ocidental, a criança que trabalha é destituída de um lugar que lhe garanta reconhecimento social, pois foi esquecida da história, explorada pelos capitalistas como mercadoria. Ela não representa universo infantil porque, geralmente, crianças que trabalham não freqüentam a escola, ou ainda, deixam de estudar para poder trabalhar, ajudando na renda familiar, ou seja, não estão se preparando para serem futuros profissionais. A criança que trabalha viveu, até pouco tempo, numa espécie de limbo atemporal.

A noção de infância incorporada pela cultura ocidental moderna, a partir das relações sociais e históricas estabelecidas entre as instituições família e escola, designa, o quanto as crianças trabalhadoras não se enquadram no perfil de infância, pois estão distantes tanto das brincadeiras quanto da escola, na medida em que o tempo gasto com o trabalho lhes rouba as atividades que lhe caracterizam como criança: brincar e frequentar a escola. O trabalho, atropelando o desenvolvimento e o crescimento dessas crianças, representa a condição de sobrevivência sua e de sua

família, condicionando suas vidas a uma atividade que faz parte do mundo adulto, tornando-as meio adultas, sem serem, ao mesmo tempo, nem uma coisa nem outra.

2.3 TRABALHO INFANTIL

Crianças trabalhando não representam um fato novo na história do trabalho ou, até mesmo, na história da sociedade ocidental. Em sociedades como grupos indígenas e africanos, crianças participam das atividades que fazem parte da organização social, como a caça, a pesca, o artesanato e os afazeres domésticos. Como ajudantes de seus pais em tarefas agrícolas ou em atividades nos grandes centros urbanos, crianças e jovens vêm utilizando sua incompleta força física na organização social da sociedade capitalista. Seja o trabalho entendido como força de trabalho – mesmo que incompleta – a qual gere renda ou lucro, seja ele entendido como atividade que modela a relação entre o homem e a natureza, para a sobrevivência humana e social, as crianças, ao longo da história, em diferentes contextos culturais, exercem atividades as quais as inserem, de alguma forma, no mundo social dos adultos, por meio do trabalho.

Durante a Idade Média, segundo Phillipe Ariés, o conceito de infância designava uma fase da vida na qual as crianças participavam de modo ativo das atividades desenvolvidas pelo grupo social do qual faziam parte, junto de suas famílias; ou seja, a criança pertencia ao mundo adulto realizando atividades que visavam a aquisição de saberes que viriam lhe servir para a vida adulta em comunidade, tendo, assim, valorizado seu potencial para trabalhar – o que significava, exercer atividades em conjunto:

Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade infantil, que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude dos adultos hoje e não se distinguia mais destes. (ARIÉS, 1981, p. 156).

Com o advento do capitalismo ocorre uma transformação no interior das relações sociais, a partir do modo de produzir a vida material e simbólica. Com a divisão da sociedade em classes e o imperativo do trabalho assalariado como

fundamental para a sobrevivência, foi modificada, de modo radical, a forma de organização da sociedade ocidental moderna, traçando um novo perfil para a infância. Se antes as crianças circulavam livremente participando das atividades produtivas de sua comunidade, com o advento do capitalismo e a desestruturação gradual das formas tradicionais de vida no campo, onde o trabalho e a produção eram desenvolvidos de forma comunitária, no capitalismo a criança passa a ser entendida como mais um braço para a força produtiva capaz de gerar valor por meio de seu trabalho. Para o sistema capitalista a criança representa mão-de-obra como qualquer outro trabalhador adulto – não importando mais sua fase de desenvolvimento para que possa tornar-se produtiva, pois para os primeiros empreendedores do novo sistema de produção, os industriais ou capitalistas, o que importava era a capacidade do operário em produzir durante as horas trabalhadas. A princípio, a fragilidade e pouca força física das crianças não importavam, exigia-se delas um trabalho ou a utilização de sua força de trabalho como a de qualquer adulto que trabalhasse nas fábricas.

As transformações fizeram com que as famílias saíssem do campo em busca de sobrevivência nos centros urbanos, onde se concentravam as fábricas – núcleo das novas formas de trabalho. Como forma de se obter um montante em produção que gerasse acúmulo de capital ou lucro, o capitalista se fez valer de toda força de trabalho existente, de modo que famílias inteiras passaram a trabalhar nas fábricas, pois somente as atividades desempenhadas pelo pai não sustentavam a família; era preciso que todos fossem inseridos no contexto, inclusive as crianças.

Assim, mulheres e crianças foram incorporadas ao sistema produtivo, independente de seu conhecimento prático de como manipular as máquinas; sua força de trabalho foi utilizada muitas vezes na realização de atividades como limpeza e manutenção de máquinas, o que exigia pouco tamanho e força física. Marx, em sua clássica obra *O Capital*, analisou a utilização da mão-de-obra de mulheres e crianças nos primórdios do capitalismo:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com os membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho de mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O

trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre, realizado em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 1982, p. 449)

Para Marx, a riqueza das sociedades capitalistas se baseia na acumulação de mercadorias, na medida em que o capitalismo se edifica na produção de riqueza ou capital: *“A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”*(MARX, 1982, Livro 1, v. 1, p. 41).

Assim, toda necessidade humana, seja ela de subsistência, seja de fruto do desejo humano, provém de uma série de atividades que, juntas, produzem as mercadorias e que também se perdem nesse processo, ao realizar a mercadoria como produto pronto. E todas essas atividades, despendidas pelo ser humano, pela sua destreza, sua habilidade, sua capacidade de raciocínio e concentração, toda sua energia vital, resultam no trabalho.

O trabalho, nesse sentido, representa a realização humana, bem como a relação estabelecida entre o homem e a natureza, pois, por meio do trabalho, o homem transforma a natureza. Conforme Marx:

O trabalho como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, e indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1982, v. 1, p. 50).

A produção de mercadorias é, portanto, o ponto inicial do que gera e faz funcionar o sistema capitalista: a produção de riqueza.

Dentro dessa perspectiva, a produção nas fábricas, nos primórdios do capitalismo, trouxe resultados positivos para os industriais, que passaram a investir em quantidade de mão-de-obra na busca desenfreada pelo acúmulo de capital. Nessa fase, a exploração do industrial sobre o trabalhador não tinha limites.

Friedrich Engels, em *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, analisou a realidade vivida pelos operários nas fábricas inglesas. Engels utilizou-se das reivindicações dos sindicatos, das denúncias dos jornais e das pesquisas realizadas na época sobre saúde pública, que mostravam o índice de mortalidade infantil, de doenças, média de vida do trabalhador, acidentes de trabalho, ou seja, o cotidiano dos trabalhadores e seus infortúnios decorrentes de seu modo de vida, além dos relatórios das fábricas sobre a produção, horários e turnos de trabalho a serem cumpridos. Sua pesquisa resultou num minucioso retrato da situação degradante na

qual viviam os trabalhadores e suas famílias no século XIX na Inglaterra. Ao relatar a situação das crianças que trabalhavam nas minas de carvão, Engels registrou:

Nas minas de carvão e de ferro, trabalham crianças de 4, 5 e 7 anos. A maioria tem no entanto mais de 8 anos. Empregavam-nas no transporte de minério do local de extração à galeria dos cavalos ou até ao poço principal, ou então a abrir e fechar as portas rolantes que separam os diferentes compartimentos da mina, antes e depois da passagem dos operários e do material. Habitualmente são os mais pequenos que estão encarregados de guardar estas portas; tem de ficar sentados 12 horas por dia na obscuridade, sós num corredor estreito e, na maior parte dos casos, úmido, sem ter o trabalho suficiente que justifique este aborrecimento embrutecedor criado pela inacção total. (...) (ENGELS, 1975, p. 303).

A respeito das consequências causadas pela árdua jornada de trabalho diária Engels identificou, nos relatórios médicos, além das queixas dos próprios trabalhadores, uma série de doenças e males causados pelo trabalho excessivo aos quais estavam expostos as crianças e os adolescentes que trabalhavam nas fábricas:

As crianças e os jovens encarregados do transporte do carvão e do minério de ferro queixam-se todos de uma grande fadiga. Mesmo nos estabelecimentos industriais onde a exploração é mais brutal, não se verifica um estado de esgotamento tão generalizado. Cada página do relatório fornece uma longa série de exemplos. Verifica-se muito freqüentemente que as crianças mal chegam a casa e se atiram para o pavimento em frente à lareira e adormecem instantaneamente, não podendo engolir a mais pequena migalha de alimento; (...) Parece que estas crianças passam vulgarmente a maior parte do domingo na cama para se recompor um pouco das fadigas da semana; um número muito pequeno freqüenta a igreja e a escola e os mestres queixam-se da sua sonolência e do seu embrutecimento apesar do seu desejo de se instruir. (...) (ENGELS, 1975, p. 304)

Essas passagens ilustram apenas uma parte da realidade vivida pelos pequenos trabalhadores, retratando uma relação de total exploração exercida pelos capitalistas sobre o trabalhador, pois, como Engels definiu, “(...) *A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana, mas sim uma relação exclusivamente econômica. O industrial é o capital, o operário é o trabalho.*” (ENGELS, 1975, p. 338).

As dificuldades enfrentadas pela classe operária devido ao trabalho excessivo e as doenças causadas pelas péssimas condições de trabalho – ambientes úmidos e insalubres, além das largas jornadas de trabalho diárias, de 12 a 18 horas, refletiram-se sobre a opinião pública da época, por meio das denúncias nos jornais e

das reivindicações dos sindicatos, causando impacto perante os legisladores que, com o passar do tempo, formularam leis que fixaram, principalmente, a jornada de trabalho e a idade mínima para se trabalhar. Sobre isso, Engels registrou:

(...) Nada é mais revoltante do que ver, numa página deste relatório, as longas listas de doenças e enfermidades causadas pelo excesso de trabalho e logo a seguir as frias considerações de economia política do industrial, pelas quais tenta provar com o apoio dos números que ficaria arruinado, e com ele toda a Inglaterra, se não lhes permitissem arruinar a saúde de um determinado número de crianças todos os anos. (...) Este relatório teve por consequência a lei de 1833 sobre as fábricas que proibiu o trabalho das crianças menores de 9 anos (exceto nas fábricas de seda), limitou o tempo de trabalho das crianças entre nove e os treze anos a 48 horas por semana ou no máximo de 9 horas por dia, o trabalho dos jovens entre 14 a 18 anos a 69 horas por semana ou no máximo de 12 horas por dia, fixou um mínimo de hora e meia de descanso para as refeições e proibiu outra vez o trabalho noturno para todos os jovens menores de 18 anos. Ao mesmo tempo, a lei instituía uma frequência escolar obrigatória de duas horas por dia para todas as crianças menores de 14 anos e qualquer industrial que empregasse crianças não tendo nem certificado médico da idade passado pelo médico da fábrica, nem o certificado de escolaridade passado pelo professor, incorria em penas previstas pela lei. (...) (ENGELS, 1975, p. 220)

Na legislação citada por Engels evidencia-se não apenas a preocupação em se regulamentar o trabalho de crianças e jovens, mas também a escolarização mínima até os 14 anos. Os legisladores da época buscavam atender às demandas da sociedade, bem como acalmar os ânimos dos industriais os quais, como foi possível entender, não se importavam com a saúde dos operários, tampouco com a idade, apenas com sua capacidade produtiva. Mas, a preocupação com a educação do trabalhador, que não era, certamente, dirigida à formação dos indivíduos propriamente dita, retrata a importância que a educação passa a exercer para a classe dominante.

O avanço tecnológico, bem como a exaustão causada pelo excesso de trabalho dos trabalhadores, coloca para os capitalistas uma nova perspectiva: o trabalhador melhor preparado poderia produzir mais. A formação do trabalhador garantida pelo empregador, conforme prescrevia a lei, trouxe a ilusão de que o capitalista passou a se preocupar com seus empregados, quando, em verdade, a idéia contida na valorização da escolarização era a de qualificar a mão-de-obra jovem para o futuro. Ocorreu o mesmo com a regulamentação da idade mínima para se trabalhar, pois os industriais perceberam que poupando a mão-de-obra em desenvolvimento poderiam fazer melhor uso dela num futuro próximo.

Vale notar que a utilização da mão-de-obra das mulheres nas fábricas resultou em um problema para a sociedade capitalista industrial em desenvolvimento: o número significativo de crianças e jovens que, quando não empregados juntamente de seus pais, perambulavam pelas ruas das cidades, enquanto suas mães trabalhavam em fábricas.

Dessa época, século XVIII, data o surgimento das primeiras instituições responsáveis pelo cuidado dos filhos dos trabalhadores. Essas buscavam a vigilância e o controle sobre os jovens e crianças nos centros urbanos, onde o Estado e a Igreja, ao organizá-las, contavam com a ajuda dos empregadores, para direcionar a vida das crianças pobres, filhos da classe operária, para que não ficassem nas ruas, incorrendo no risco de se tornarem delinquentes, além de trazerem à tona problemas que a classe dominante não pretendia deixar à mostra: a pobreza e o desemprego.

Outra preocupação era com a saúde pública, tendo em vista o alto índice de mortalidade infantil, bem como epidemias de doenças como a tuberculose entre a classe operária, devido à falta de condições de saúde e higiene dos cortiços onde moravam, bem como das fábricas onde trabalhavam. As precárias condições de vida e de trabalho foram definindo o espaço ocupado pelos pobres trabalhadores no cenário das cidades efervescentes pelo processo de industrialização.

Conforme comentário no início deste capítulo, a condição da pobreza, antes mesmo do advento do capitalismo, mereceu cuidados dos grupos sociais que detinham o poder econômico, político e religioso. Tais grupos exerciam um papel de amparar os destituídos de trabalho e, ao mesmo tempo, de vigiar suas condutas, pois a égide do trabalho regia a vida dos indivíduos, garantindo-lhes sobrevivência e reconhecimento social. Ao pobre, mais do que nunca, restava somente trabalhar e sobreviver do trabalho e para o trabalho na sociedade moderna, fossem eles adultos ou crianças.

2.4 A CRIANÇA E O TRABALHO NO BRASIL

O cenário brasileiro, ao final do século XIX, não foi muito diferente da Inglaterra retratada por Engels. Após a abolição e com o início do processo de industrialização, emerge a exigência da relação de trabalho na obrigação de produzir e cumprir uma rígida jornada. As famílias pobres, em nome da sobrevivência nas cidades, sujeitaram-se a atividades que exigiam pouco conhecimento e, por

consequência, rendia pouca remuneração, fazendo com que todos os membros da família do operário, inclusive as crianças, exercessem alguma atividade que gerasse renda.

A valorização do trabalho, como forma de se organizar a sociedade, principalmente a ideia de disciplinar os filhos da classe trabalhadora, para tirá-los das ruas e adaptá-los ao trabalho fabril, remonta à época do final da escravidão no Brasil, como analisa Rizzini em *Pequenos trabalhadores do Brasil*:

A extinção da escravatura foi um divisor de águas no que diz respeito ao debate sobre trabalho infantil; multiplicara-se, a partir de então, iniciativas privadas e públicas, dirigidas ao preparo da criança e do adolescente para o trabalho, na indústria e na agricultura. O debate sobre a teoria de que o trabalho seria a solução para o “problema do menor abandonado e/ou delinqüente” começava, na mesma época a ganhar visibilidade. A experiência da escravidão havia mostrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho. (RIZZINI, 2000, p. 377)

Nessa época muitas crianças foram recrutadas, segundo Rizzini, nos asilos de caridade, para que pudessem ocupar-se em atividades que as retirassem da provável criminalidade a qual estariam submetidas se ficassem perambulando como vagabundos pelas ruas:

Trabalhavam 12 horas por dia em ambientes insalubres, sob rígida disciplina. Doenças, como a tuberculose, faziam muitas vítimas, como atesta Moncorvo Filho em 1914: após examinar 88 menores aprendizes de duas oficinas no estado do Rio de Janeiro, verificou que 70% deles estavam tuberculosos. (RIZZINI, 2000, p. 377).

A situação vivida pelas crianças e adolescentes, nessa época no Brasil, não diferia da miserabilidade vivenciada pelos jovens ingleses. O processo capitalista de produção pela expansão do sistema fabril abarcou uma imensidão de pequenos trabalhadores que foram submetidos ao sistema de modo involuntário, vivendo em péssimas condições, sujeitas a riscos constantes de acidentes de trabalho, bem como a epidemias de doenças, como a tuberculose, pois os insalubres ambientes das fábricas e a falta de cuidado dos empregadores em melhorar as condições de trabalho, favoreciam que os operários, independente da idade, estivessem expostos a uma série de males.

O trabalho das crianças, filhos dos operários, representava uma parte da remuneração paga aos seus pais, e, quando elas recebiam um salário, este era inferior ao dos adultos, pois eram consideradas mão-de-obra inexperiente e

desqualificada, segundo Moura em *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*:

(...) concebidos como mão-de-obra profissionalmente pouco ou nada experiente, oportunamente avaliada na ótica patronal como sendo de menor produtividade, porque tecnicamente desqualificada, crianças e adolescentes encontraram no salário – entendido por sua vez, como subsidiário ao orçamento familiar – o elemento que definitivamente iria diferenciá-los no mercado de trabalho. Os salários eram, portanto, inferiores, e em relação à mão-de-obra adulta, aproximavam-se mais dos salários femininos e distanciavam-se significativamente dos salários masculinos. (MOURA, 2000, p. 272).

Ainda, segundo Moura, a indústria têxtil foi a que mais utilizou mão-de-obra de crianças entre o final do século XIX e início do XX, em São Paulo. Alguns industriais chegaram a confeccionar máquinas de menor porte que pudessem ser manuseadas por crianças, como forma de facilitar seu trabalho:

Francisco Matarazzo havia se esmerado em termos da absorção dessa mão-de-obra na fábrica de Tecidos Mariângela, a ponto de adquirir, para as crianças que empregava, máquinas de tamanho reduzido, o que não minimizava o fato de que os pequenos operários e operárias permaneciam submetidos a condições de trabalho inadequadas à idade e continuavam a ser vítimas de acidentes. (MOURA, 2000, p. 264)

O investimento dos industriais refletia sua preocupação com a produção e não, exatamente, uma preocupação com as condições de trabalho. As crianças trabalhadoras sofriam mais que os adultos, pois a fragilidade de sua fase de crescimento as impedia de poderem se defender dos maus tratos causados pelos administradores das fábricas, quando uma criança não trabalhava conforme o desejado. Além do que, no princípio não havia leis que protegessem as crianças de qualquer tipo de atitude compreendida como infração, pois seu trabalho de criança não era considerado um erro moral, como entendido na atualidade, tanto que as crianças sofriam sérias repressões quando não exerciam de modo adequado suas funções. Sobre esse tipo de situação, Moura registrou:

(...) Parecem ter sido comuns os castigos decorrentes de situações que envolviam a avaliação do desempenho profissional de crianças e de adolescentes. Exemplar, o caso do adolescente Francisco Augusto da Fonseca, aprendiz em uma fábrica de chinelos, castigado pelo mestre, em março de 1902, com várias chineladas no rosto pois, segundo consta, não fizera com cuidado o serviço de que fora incumbido. (MOURA, 2000, p. 266).

A utilização da mão-de-obra de crianças de modo indiscriminado e, como identifica Moura, mediante o uso da força física e da violência como regime disciplinador, somou-se, como agravante, na situação vivida pelos trabalhadores às lutas encampadas pelos movimentos operários: “(...) *Nos pequenos trabalhadores, as lideranças saberiam identificar a causa preciosa, capaz de revelar aos olhos dos contemporâneos e também da posteridade, a condição da classe operária no que esta tinha de mais miserável.*” (MOURA, 2000, p. 260).

Essas condições de exploração pelo trabalho foram se tornando cada vez mais evidentes, sendo combatidas pelos movimentos operários mobilizados pelos imigrantes que possuíam voz ativa em alguns jornais da época, como O Combate, que realizavam a denúncia desta situação para a sociedade.

Políticos, legisladores e médicos sanitaristas denunciavam tal realidade, o que resultou, a partir da pressão geral que exerciam, na formulação de uma legislação que regulamentava a jornada de trabalho e a idade mínima para se iniciar o trabalho fabril. Segundo O Combate, essas leis já existiam em 1910, bastava que fossem executadas; o que é verdade, pois, em 1891, o Decreto nº 1.313 definia que os membros do sexo feminino, com idade entre 12 a 15 anos, e os do sexo masculino, na faixa entre 12 a 14 anos, teriam uma jornada diária máxima de 7 horas e fixava uma jornada de 9 horas para os meninos de 14 a 15 anos de idade.

Em 1894, o Decreto Estadual – SP - nº 233 estabelecia em 12 anos o limite de idade para admissão nas fábricas e oficinas, mas as autoridades poderiam determinar “certa ordem de trabalho acessível” às crianças com 10 a 12 anos de idade. Nos primeiros anos do século XX, a legislação oscilava em relação à idade permitida para se ingressar no trabalho fabril: “(...) *Os dispositivos que regulamentavam a atividade de crianças e adolescentes nas fábricas e oficinas estavam diluídos no conteúdo de um corpo legislativo mais amplo, os Códigos Sanitários do Estado e consistiam de fato, em medidas restritivas.*” (MOURA, 2000, p. 271).

Em 1911, o Decreto Estadual – SP – nº 2.141, estabelecia em 10 anos de idade o limite para admissão ao trabalho, apesar de abrir uma brecha para a possibilidade de as crianças entre 10 a 12 anos executarem serviços denominados “leves”, embora não estivesse bem definido na própria lei o que significava “trabalhos leves”. No final da primeira década, a Lei Federal nº 1.596/1917 e o Decreto Estadual

– SP – nº 2.918/1918 estabeleciam a idade de 12 anos como limite para a admissão de crianças. (MOURA, 2000, p. 272).

Também estava presente na legislação brasileira uma orientação quanto à educação, a exemplo da lei citada por Engels na Inglaterra. Segundo Moura, a atenção esteve voltada à frequência escolar:

Havia, ainda, certa preocupação com a educação, a saúde e a segurança desse trabalhador, uma vez que a Lei Estadual nº 1596/1917 e o Decreto nº 2918/1918 previam que o menor deveria apresentar “certificado de frequência anterior em escola primária” e “atestado médico de capacidade física. (MOURA, 2000, p. 272)

A condição de aprendizes ilustra o quanto os empresários lucravam com a utilização da mão-de-obra de crianças, pois ao aprendiz não era necessário pagar salário, na medida que esse adolescente trabalhava para adquirir habilidade no trabalho, em alguma função. Isso fez dos aprendizes a parcela de trabalhadores mais explorada no que se refere ao salário. (MOURA, 2000, p. 273).

O ideal paternalista e filantrópico presente nas “boas ações” do empresariado em relação à classe trabalhadora refletia, em verdade, o sentido moral e ético do imperativo do trabalho, além da utilidade do trabalho como garantia de sobrevivência para o trabalhador e de lucro para o empregador. Para os filhos dos operários e, principalmente, para as crianças abandonadas, o trabalho seria a solução encontrada pelas classes dominantes, no Brasil como na Inglaterra, para disciplinar e vigiar os jovens, evitando que caíssem na delinquência, além de preparar seu espírito para uma contínua vida de trabalho assalariado.

Data de 1902 a criação do Instituto Disciplinar, “institucionalizando o propósito de regenerar por meio do trabalho e para o trabalho a infância e a adolescência que a pobreza estrutural, matriz do abandono, legava a convivência das ruas.” (MOURA, 2000, p. 277). A ideia de regenerar os jovens e as crianças pobres por meio do trabalho estabelece suporte para que a sociedade se estruture na ideologia do trabalho, garantindo às classes dominantes o poder decisório perante a sociedade civil. Dessa forma, tanto na Europa como em países colonizados e recém-industrializados, como o Brasil, o ideal do trabalho foi utilizado como lema do empresariado, permitindo, independente do lugar, que o capitalismo se estruturasse, num processo contínuo de expansão.

Como foi possível perceber, a partir do final do século XIX inicia-se no Brasil, à luz do pensamento europeu, a ideia de trabalho como “solução” para o problema da

infância abandonada; um meio para a prevenção da delinquência e da vagabundagem e, principalmente, como preparo de mão-de-obra para a indústria e a agricultura, realizados nos institutos e escolas criados para esse fim. (MARTINEZ, 1997)

Sendo assim, o trabalho infantil não era entendido como um problema, mas sim como uma solução de uma situação emergente que poderia tornar-se incontrolável, que era a criminalidade praticada por crianças e jovens abandonados.

O trabalho, portanto, não representou apenas sobrevivência para a classe operária, a qual não tinha nenhuma escolha, mas significou para os grupos que faziam parte da classe dominante, políticos, juristas, moralistas, industriais, Estado e Igreja, uma forma de controlar a massa de trabalhadores de modo a disciplinar suas condutas em sociedade, ao incorporarem o ideal de trabalho. Além de tornar subordinados aqueles que momentaneamente não estavam no mercado de trabalho, crianças e jovens. Ao estender a mão com escolas de profissionalização, o Estado, a Igreja e os empregadores impossibilitavam que trabalhadores em formação se tornassem líderes sindicais ou subversivos. A ideia do trabalho foi uma grande escola de formação de trabalhadores obedientes, disciplinados e subordinados ao sistema capitalista de produção.

2.5 INFÂNCIA NO BRASIL: DELINQUÊNCIA E LEGALIDADE

No Brasil, o processo de abolição da escravidão, em 1888, suscitou uma série de preocupações, levando a debates políticos por jornalistas e legisladores: a situação das crianças filhas de ex-escravas. Juntaram-se posteriormente a essa categoria, os filhos dos imigrantes europeus e, também, dos migrantes vindos do campo; em pouco tempo, os centros urbanos tornaram-se aglomerados de crianças e jovens desvalidos: sem família e/ou sem ocupação. A preocupação tanto do Estado quanto da Igreja Católica era de conter a leva de desvalidos, passíveis de se tornarem marginais, como já foi comentado. O trabalho e a educação passam a representar um meio de organizar moralmente a vida dessas crianças, garantindo-lhes um futuro; da mesma forma, garantiram ao empresariado mão-de-obra qualificada que trouxesse, em seus braços, o “progresso ao país”.

Com o fim do Império e com a Proclamação da República em 1889, cresce no país o ideal de nacionalidade, baseada na noção Positivista européia de “ordem e

progresso”, a ser alcançado por meio da organização de uma sociedade civilizada; essa, por sua vez, existiria a partir da manutenção da moral, de um conjunto de leis e por meio do trabalho.

Segundo Abreu e Martinez em *Olhares sobre a Criança no Brasil: Perspectivas Históricas*, a infância, mais precisamente a infância pobre, torna-se, nessa época, final do século XIX, um problema social que deveria ser resolvido por meio das medidas educativas, repressivas e disciplinares, das quais instituições específicas se encarregariam, como educandários e reformatórios. A preocupação com a construção da nação, leva médicos e juristas, entre outros especialistas, a desempenharem importante papel na formulação de ideias e conceitos a respeito da infância desvalida e de como tratá-la:

(...) os médicos, filantropos e pedagogos (além dos juristas) também participaram ativamente e contribuíram no processo de construção da assistência às crianças. Entretanto, o principal alvo das atenções desses outros setores foram as crianças que, sendo pobres, não se enquadravam na prática do que era então considerado como delitos e vícios e, portanto, não mereciam um tratamento jurídico-policia.” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 27)

As crianças e os jovens que não se enquadravam na classificação de marginais, mas que, por serem pobres e/ou abandonados encaixavam-se na condição de necessitados, constituíam o conjunto assistido tanto pela medicina, voltada para o desenvolvimento da puericultura, da pediatria e da higiene, quanto pela política de instrução pública. Na área da medicina, segundo Abreu e Martinez, destacaram-se os médicos Moncorvo de Figueiredo e Moncorvo Filho: *“erguiam hospitais, clínicas e atendiam gratuitamente as suas moléstias, aconselhando as mães e pais, através de jornais, publicações e palestras públicas, a preocuparem-se com a prevenção dos males e doenças infantis.”* (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 27)

A atenção com a saúde pública, voltada às camadas pobres da sociedade do início do século XX, foi acompanhada por uma preocupação jurídica e educativa, no sentido preventivo – tanto dos males físicos como epidemias e doenças causadas por falta de higiene, e o total desconhecimento com a prevenção dos males sociais, como a criminalidade e a vagabundagem, impediram que o país se desenvolvesse.

Essas discussões voltavam-se para a construção de concepções de infância, a partir das noções de pobreza e delinquência presentes nos discursos de juristas e médicos, o que apontava para uma mudança de pensamento na sociedade da época.

A partir de 1920, para Abreu e Martinez, registraram-se importantes concretizações no campo jurídico, que vinham sendo discutidas já no final do século XIX: *“Em 1921, foi criado na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente. No ano seguinte, realizou-se o I Congresso Brasileiro sobre a Infância, onde foram discutidos os problemas relativos à assistência, proteção, educação e saúde das crianças, além da ação do Estado e dos cidadãos.”* (ABREU; MARTINEZ, 1997, ps. 27 e 28).

Em 1923 é fundado o Juízo de Menores no Rio de Janeiro e, em 1927, foi criado o primeiro Código de Menores, com o objetivo de sistematizar as políticas voltadas para a regulamentação da infância em geral e organizar as formas adequadas de se tratar o trabalho, a educação das crianças e jovens, bem como a prevenção e a recuperação de jovens criminosos, o que seria realizado por meio de internação em instituições que distanciassem o indivíduo do convívio social – concepção que não difere dos “internamentos” analisados por Michel Foucault e citados na primeira parte deste capítulo.

Durante o conhecido período “estadonovista”, vigorava a ideia de reconstrução da nação com uma nova imagem de Estado, destituído de representação classista e com o papel de organizador dos conflitos sociais, trouxe mudanças na legislação relativa à infância, ao eleger a família do trabalhador como foco principal das intervenções e da assistência públicas. (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 29). O estado paternalista, mediante uma política assistencial voltada para a maternidade, para as crianças e jovens, institui órgãos direcionados para a educação e a saúde – como os Ministérios da Educação e da Saúde.

Torna-se importante ressaltar que, ainda sob o mesmo governo, no ano de 1943 tem-se a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proibindo o trabalho para crianças com menos de 12 anos, permitindo os trabalhos de natureza “leves” entre 12 a 14 anos sob a condição de frequência escolar, ao menos no nível primário. Ainda, durante a década de 1940, com o desenvolvimento da indústria nacional e a falta de mão-de-obra necessária, o governo de Getúlio Vargas cria um sistema de aprendizado industrial destinado a jovens das classes pobres, o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI); essa ideia se estende para a área de comércio com a criação do Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC). Esses sistemas de aprendizagem estariam preparando os jovens das classes populares para o rápido ingresso no mercado de trabalho fabril e comercial.

A reformulação do Código de Menores, ainda na década de 1940, conferiu-lhe uma característica mais preventiva e assistencial do que punitiva e possibilitou a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM – 1941), com o objetivo de promover estudos sobre os menores e as formas de tratamento. Contudo, após denúncias e críticas sobre a atuação do SAM, em 1961, uma Comissão de Sindicância formulou projetos que resultariam na criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM); em 1964, os militares criaram a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), que era diretamente subordinada ao Presidente da República. Com autonomia, este órgão buscava padronizar e centralizar a política denominada de “bem-estar do menor”, na qual atuavam pedagogos, juristas, funcionários públicos, que faziam a triagem, o recolhimento e a internação dos menores. (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 31).

Durante a década de 1970, a política voltada à prevenção da criminalidade entre os jovens ainda atuava com o intuito de afastar do convívio social aqueles jovens tidos como delinquentes. Contudo, surgiram aos poucos movimentos organizados em torno da preocupação com o atendimento à infância e à juventude. Em 1975, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pela Câmara dos Deputados para investigação dos problemas relativos à infância pobre brasileira; em 1978, a Arquidiocese de São Paulo criou a “Pastoral do Menor”, com o objetivo de atuar junto às famílias e às comunidades; ainda em São Paulo, em 1979, foi criado o “Movimento de Defesa do Menor”, para discutir a redefinição das políticas públicas voltadas à infância no Brasil. Apesar disso, no mesmo ano (1979), foi criado o novo Código de Menores, que *“reafirmava a concepção de anormalidade dos “menores criminosos e delinqüentes”, ampliando seu leque de ações ao caracterizar uma série de situações chamadas de “risco” – abandono, violência doméstica, pobreza e indigência, exploração do trabalho, criminalidade, vícios, orfandade, etc.-“* (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 33).

Apesar do caráter repressivo das iniciativas do governo militar, os movimentos sociais que surgiram durante a década de 1970, e que se intensificaram com o processo de democratização e abertura para discussões políticas, na década seguinte, possibilitaram que uma série de debates e reflexões fosse realizada, inclusive sobre a forma de se tratar a infância e a adolescência no Brasil. A precária situação de inúmeras crianças brasileiras, refletindo a desigualdade social na qual o país havia mergulhado durante os anos da ditadura militar, trouxe à tona problemas

até então adormecidos, como a alta taxa de mortalidade infantil, um precário sistema educacional e de saúde, a prostituição infantil e o uso da mão-de-obra de crianças e jovens, apontando a necessidade de se ter uma legislação direcionada à infância e à adolescência, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direito, e não como “menores em situação de risco”.

Um importante movimento dessa época foi o Meninos e Meninas de Rua, que se reuniu em 1986, no Distrito Federal, demonstrando a participação, em debates, da população até então marginalizada tanto pela sociedade quanto pelo Estado e pela legislação. Entre os trabalhos preparatórios para a Constituinte foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte, debatendo o que deveria ser reformulado em nível de legislação.

O momento político do contexto da abertura democrática brasileira favoreceu a realização de debates que ocorriam, na mesma época, promovidos por organizações internacionais com a OIT, a ONU e o UNICEF, em torno da situação da infância e da adolescência em todo o mundo, principalmente das crianças e jovens dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil. O movimento nacional e a pressão externa dessas organizações de peso internacional reconhecido mundialmente forçaram o Brasil a elaborar um novo código de leis, direcionado especificamente às crianças e aos jovens brasileiros, garantindo-lhes o reconhecimento legal como cidadãos de fato e de direito. A Constituição de 1988 trouxe mudanças nesse aspecto; em seu artigo 227 diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. (BRASIL. Constituição de 1988).

Como resultado dos movimentos surgidos na década de 1970 e sedimentados na década de 1980, sob a égide de uma nova Constituição, foi elaborado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Reconhecido como o código brasileiro mais avançado, o Estatuto foi criado para a garantia jurídica dos direitos humanos a crianças e adolescentes, por meio de ações integradas do Estado e da sociedade, responsabilizando cada qual com sua parcela de iniciativa e dever.

A partir de processos políticos e contextos históricos específicos, a noção de infância foi sendo modificada mediante relações sociais concretas, que se estabeleceram na dinâmica da esfera do trabalho, institucionalizado como estrutura da sociedade ocidental moderna, que opera na ordem da diferenciação entre as classes sociais, as formas de poder legitimadas pelas ações do Estado e pautadas na legislação.

É possível compreender que a construção simbólica é ditada pelo seu tempo e pelas relações sociais de poder que constituem a institucionalização de ordenamentos sociais, prescritos nas leis.

A ideologia do trabalho, como fator decisivo tanto da sobrevivência dos indivíduos quanto do seu reconhecimento perante a sociedade, remonta, conforme argumentado anteriormente, das ideias originadas nos processos sociais engendrados, na Europa, durante a transitoriedade entre a Idade Média e a Idade Moderna, quando o valor moral do trabalho não se desligava de sua importância econômica, ou seja, de uma visão utilitarista, a qual segregou definitivamente os pobres que, com o advento do capitalismo, transformaram-se na classe operária, representando a força capaz de fazer funcional a máquina do capital.

A sociedade ocidental vem, ao longo dos tempos, cuidando dos pobres e disciplinando-os ao imperativo do trabalho. As classes dirigentes, como no passado, continuam exercendo seu “papel social” de caridade, filantropia, como um benefício aos pobres, exigindo, em contrapartida, que trabalhem sempre. Para tanto, incentivam a preparação de mão-de-obra válida, não mais nos reformatórios, mas nas diferentes escolas e nos programas tanto do Estado quanto de organizações não governamentais, que se responsabilizam em auxiliar na formação dos jovens e das crianças que, em situação de pobreza da família, precisam trabalhar, como se em algum tempo, passado ou futuro, fosse-lhes possível outro modo de sobrevivência.

3 O PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Conforme apresentado no capítulo anterior, o trabalho de crianças não representou efetivamente um problema, ao contrário, durante muito tempo significou uma solução para o número crescente de crianças abandonadas no Brasil, após a abolição da escravidão, em 1888, além das crianças filhas dos operários; ambas as categorias de crianças representavam para a elite da época um perigo passível de ser transformado num problema social: a delinquência e a vadiagem juvenil. Para essas crianças, as classes dirigentes, lançando mão do discurso de prevenir a criminalidade, ergueram instituições religiosas e leigas que se incumbiram de formar o caráter e preparar as crianças para o trabalho, pois somente por meio dele seu futuro de dignidade estaria garantido, com capacidade de auto-sustentação, além de representarem mão-de-obra válida para o empresariado.

O trabalho das crianças começa a ser entendido como um problema social a partir da década de 1970, pois embora existisse uma legislação voltada aos assuntos da infância, esta representava um problema a ser tratado com medidas punitivas e disciplinadoras, onde o trabalho sempre representou um papel importante no modo de se “regenerar” o adolescente infrator.

Na década de 1980, com as lutas encampadas durante a década anterior pelos diferentes movimentos sociais e sob uma nova Constituição, o Brasil passa a entender a criança como um sujeito de direito perante a lei. Isto reverteria na elaboração de um conjunto de leis, específico para a infância e adolescência, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990. Nesse código de leis, a infância deixa de ser considerada um problema social. O que não se modifica, porém, é o entendimento de que a criança representa um adulto em formação, ou seja, permanece a noção de infância incorporada pela sociedade ocidental moderna.

Contudo, além dos processos políticos e de movimentos sociais que resultaram na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, respaldado pela Constituição de 1988, torna-se importante refletir sobre o contexto econômico e social do final do século XX, no qual o trabalho infantil surge como um problema a ser combatido, com força de lei, em todos os países, principalmente naqueles em processo de desenvolvimento como o Brasil.

3.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL

A questão que se coloca na década de 1990, como trabalho de um processo que abrange não somente a Europa e os EUA, mas principalmente os países periféricos, é o desemprego.

Após a Segunda Guerra Mundial, por quase três décadas, os países capitalistas avançados defenderam o pleno emprego e o aumento constante da demanda agregada. E pleno emprego significa a oferta de trabalho em diversos setores, sem o perigo da falta de trabalho assalariado, condição eminente de sobrevivência na sociedade capitalista atual.

Segundo Márcio Pochmann, em *O trabalho sob fogo cruzado*, o cenário do pós-guerra definiu uma transformação nos processos produtivos e na demanda de emprego:

No pós-guerra, foram observados sinais de redução nos níveis de pobreza e de melhora no perfil de distribuição de renda, como resultado direto de um padrão sistêmico de integração social. Em outras palavras, este padrão provocou um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores. (POCHMANN, 2002, p. 13).

É possível compreender que o cenário do pós-guerra constituiu um momento em que os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial buscavam reerguer-se econômica e politicamente. O pleno emprego e a participação de diferentes setores da sociedade, como sindicatos e partidos políticos, revelam a articulação política entre o Estado e esses setores, como garantia de crescimento econômico, mediante investimentos em produção e consumo, bem como a oferta de emprego. Segundo Pochmann:

A generalização do padrão de industrialização norte-americano, inicialmente no pós-guerra por meio da reconstrução da Europa ocidental e do Japão e posteriormente na segunda metade do século para algumas economias da periferia mundial (Argentina, Brasil, México, Índia, Austrália e Tigres Asiáticos), contribuiu para a definição do que a literatura especializada denomina de quase trinta anos de ouro do capitalismo. (POCHMANN, 2002, p.13)

Com a difusão do padrão de industrialização norte-americano, as economias avançadas obtiveram desempenhos econômicos semelhantes, o que não significou o mesmo desempenho social. As consequências desse movimento, segundo

Pochmann, viriam na década de 1970, com o aprofundamento da crise econômica, através do Sistema Monetário Internacional (fim da paridade ouro-dólar e instabilidade nas taxas de juros) e do esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, gerou-se uma perda na capacidade geral de dinamização da economia mundial. (POCHMANN, 2002, p. 14). Para o autor, as medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscam;

contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregulamentar o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras. (POCHMANN, 2002, p. 15).

Essas medidas, reflexo das políticas neoliberais, exerceram uma reação em cadeia nos países periféricos e ampliaram a desigualdade social, aumentando os níveis de desemprego e de pobreza. O autor afirma que o mercado de trabalho, após 1980, apontou o agravamento da pobreza e da indigência (POCHMANN, 2002, p. 54); ou seja, o avanço do capitalismo desestruturou as bases sociais anteriormente alcançadas, bem como readaptou o papel do Estado, agravando a situação das classes baixas, que sempre dependeram de subsídios garantidos pelas políticas públicas, doravante, fragilizadas com os processos de precarização dos investimentos na área social.

Ao analisar especificamente o mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1980, Pochmann aponta que até então a estrutura do mercado de trabalho evidenciava-se pela ampliação dos empregos assalariados, principalmente registrados, da redução de atividades sem remuneração e do desemprego. Mas, a partir da década de 1980, houve uma transformação, como reflexo das economias mundiais, desestruturando o mercado de trabalho. Na década seguinte, consolidava-se a desestruturação do mercado de trabalho, firmando-se na tendência de redução do assalariamento com registro e de expansão do emprego e de ocupações não-organizadas. (POCHMANN, 2002, p. 65).

Segundo Faleiros, em *A política social do Estado capitalista*, esse panorama impõe às diferentes sociedades, principalmente aos países pobres e em vias de desenvolvimento, uma situação de insegurança diante da falta de condição de trabalho e das garantias sociais:

No contexto de desemprego estrutural tecnológico, organizacional e político dos anos 90 há profundas mudanças nos contratos social e salarial, acarretando a precarização e a terceirização do trabalho e solapando as bases da seguridade e da coesão social construída no pós-guerra através do welfare state. São colocadas na agenda pública as políticas de formação de mão-de-obra, na perspectiva de empregabilidade e não de emprego, de focalização das ações em setores ou grupos específicos ao invés da universalização e de seguros privados ao invés de seguros públicos, validando-se a inserção social em atividades de baixa remuneração pelas próprias políticas sociais. (FALEIROS, 2002, p. 76).

A satisfação de necessidades estrutura os discursos sobre bem-estar, pois o indivíduo que não consegue auto-sustentar-se estará gradativamente sendo excluído dos processos produtivos e de consumo, necessitando da intervenção do Estado, como instância social que, segundo Faleiros, consiste no *“lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como interesse geral”*. (FALEIROS, 2002, p. 52).

Contudo, a fragilização das políticas públicas, que segundo o autor, *“consiste na implementação de assistência, de previdência social, de prestação de serviços, de proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios”* (FALEIROS, 2002, P. 60), destituídas de seu caráter, conforme descrito, a partir do século XX pela conjuntura da economia globalizada, bem como pela reformulação do papel do Estado, forçam as classes populares a cadastrarem-se em políticas públicas que reforçam a desigualdade social.

A questão do trabalho assalariado permanece como imperativo para a sociedade atual, com o agravante da situação de insegurança econômica e social, descrita pelos autores citados, como resultado de uma economia globalizada, reflexo do avanço do capitalismo. Portanto, a classe trabalhadora que, historicamente, havia conquistado direitos trabalhistas organizando-se em sindicatos, vê-se obrigada a fazer acordos com os empresários para garantir seus empregos. Novamente, na história da sociedade ocidental moderna, é possível entender a emergência do trabalho como única fonte de sobrevivência, pois as classes produtivas não mais podem contar com o Estado como provedor de necessidades dos cidadãos, já que assume a função de organizador de interesses políticos e de classe, contando com a participação da sociedade e incentivando a organização de movimentos de solidariedade e voluntariado.

A partir desse quadro de economia globalizada e de desestruturação do mercado de trabalho, que favorece o aumento do trabalho informal e intensifica as exclusões sociais, abre-se a possibilidade, como que num retrocesso, para a exploração indiscriminada de mão-de-obra, como é o caso dos chamados *sweatshops*, que, segundo Haim Grunspun, em *O trabalho das crianças e dos adolescentes*, se utilizam de mão-de-obra de crianças, além dos adultos, e sujeitam os trabalhadores a longas jornadas de trabalho, com pagamento reduzido, em condições insalubres e, inclusive, sob regime de castigos físicos. (GRUNSPUN, 2000, p. 147)

Esse tipo de ambiente, geralmente instalado em países pobres, obriga a população local a vender sua força de trabalho, quase que em regime de escravidão. As peças confeccionadas por eles, diminuem os custos de produção das indústrias de países mais avançados, que se instalam nos países periféricos para a exploração de mão-de-obra, tendo em vista a inexistência de uma legislação, bem como de fiscalização que protejam esses grupos de trabalhadores.

A realidade brasileira, embora ancorada num conjunto de leis que buscam salvaguardar os direitos dos cidadãos, também reflete um cenário de exploração de mão-de-obra, sendo a criança alvo de diferentes formas de exploração, muitas delas, difíceis de serem averiguadas, conforme a natureza do trabalho realizado.

Sobre o universo que compõe a realidade social do trabalho infantil no Brasil, Schwartzman em pesquisa encomendada pela OIT, de 2001, que mostra a evolução do trabalho infantil no período de 1992 a 1998, identifica que o trabalho infantil concentra, principalmente, jovens de 16 a 17 anos de idade, e a atuação masculina é maior que a feminina com maior frequência entre as pessoas de cor preta ou parda do que de cor branca. Sua maior incidência é no meio rural do que nas grandes regiões metropolitanas. Está proporcionalmente mais presente nas Regiões Nordeste e Sul do que nas demais regiões do país. Contudo, nos últimos anos houve uma redução significativa do trabalho infantil nas Regiões Sul e Centro-Oeste, verificando-se atualmente a maior concentração na Região Nordeste.

Sobre a ocupação dessas crianças e adolescentes, Schwartzman aponta que a maior frequência está nos grupos de idade acima dos 14 anos e que a atividade muda, conforme a idade. As crianças e os adolescentes de 10 a 13 anos trabalham, principalmente, em atividades agrícolas, na área rural. À medida que a idade aumenta, o trabalho agrícola diminui e aumentam as atividades de serviço.

Nas áreas urbanas, predominam as atividades informais, havendo um grande número de crianças trabalhando em atividades domésticas³ não remuneradas (cerca de 15,8%). Quase todas as atividades não remuneradas são realizadas no meio rural e as atividades informais, remuneradas, mas sem registro em carteira, variam, principalmente, entre empregos de balconistas, ajudantes de pedreiro e de serviços domésticos gerais, que podem ser a ocupação de “babá” ou de “empregada doméstica”. Essas categorias predominam, ao lado do trabalho rural, em todas as regiões do país. (SCHWARZTMAN, 2001, p. 9 e 10)

Quanto à remuneração das crianças e jovens que trabalham, depende das atividades que exercem, além da idade, sexo e região em que vivem. Em média, o rendimento é de um salário mínimo. O emprego formal paga melhor as mulheres em relação aos homens; o emprego informal paga pouco, sendo que as crianças que trabalham por conta própria não recebem sequer um salário mínimo mensal.

Sobre a carga de trabalho, existe uma grande variação na quantidade de horas trabalhadas, seja em função da idade ou do tipo de atividade desempenhada. Para as crianças com menos de 10 anos, a média semanal é inferior a 15 horas, ou seja, cerca de três horas diárias. Aos 17 anos, chega-se a completar 40 horas semanais ou oito horas diárias de trabalho. O emprego doméstico absorve grande parte das crianças, principalmente meninas, seguido do emprego formal e o trabalho domiciliar ou não, que soma cerca de 25 horas semanais.

Sobre os prejuízos causados em relação ao trabalho precoce, destacam-se, no estudo de Schwartzman, as consequências na educação das crianças que trabalham, pois a defasagem idade-série caracteriza, de modo geral, a educação brasileira. Os jovens, aos 17 anos, quando deveriam estar completando o ensino médio, estão aproximadamente dois anos atrasados. Também se verificou que a falta de escolas, ou de acesso a escolas em algumas localidades da área rural, principalmente para as séries mais adiantadas, afasta os jovens da frequência escolar, além da falta de motivação para estudar, conforme a pesquisa:

(...) Seja pela precariedade das escolas, pelo atraso acumulado ao longo dos anos, pela desmotivação do meio ou pelo desejo de ter alguma renda

Uma das metas no ano de 2003, das ações voltadas à erradicação do trabalho infantil, é pela eliminação do trabalho infantil doméstico. Campanhas foram desenvolvidas, com o intuito de incentivar os direitos das crianças e, principalmente, a denúncia, pois trata-se de uma realidade oculta, a qual impede uma intervenção direta por parte dos órgãos competentes.

própria, o fato é que um grande número de jovens abandona a escola quando se aproxima dos 14 anos. A partir daí, o trabalho passa a ser uma alternativa de ocupação razoável, que traz benefícios monetários imediatos e evita a ociosidade. (SCHWARZTMAN, 2001, p. 14)

O fator educação, de modo geral, está presente em todas as pesquisas, como referência para se analisar tanto as causas como as consequências do trabalho infantil, relacionado à falta de investimento por parte do Estado ou, ainda, à falta de valorização do conhecimento formal pelas classes populares. Também está relacionado às consequências diretas da falta de frequência escolar que resulta num despreparo das crianças e jovens, para competir no mercado de trabalho formal quando adultos.

Segundo o IBGE, o número de crianças e jovens entre 5 a 7 anos que trabalham diminuiu de 8 milhões em 1992, para cerca de 5 milhões na atualidade.

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do IBGE, aponta que 5.482.515 crianças entre 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil em 2001. Dessas, 2.231.974 crianças (40%) tinham menos de 14 anos. Ainda segundo essa pesquisa, o Estado com menor índice de trabalho infantil no ano de 2001 foi o Distrito Federal, com 4% (23.040) das crianças de 5 a 17 anos trabalhando, já o de maior índice foi o Maranhão, com 22% (417.291) de suas crianças trabalhando.

Apesar de as políticas implementadas pelas três esferas governamentais, municipal, estadual e federal, desde 1992, terem diminuído de 8 para cerca de 5 milhões o número de crianças e jovens, entre 5 a 17 anos que trabalham, o número sofre alterações, conforme os momentos de crise econômica, em especial, de desemprego. Dados recentes da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), do IBGE, feita mensalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte, mostram que o contingente de crianças trabalhando nesses centros passou de 88 mil em janeiro de 2003 para 132 mil em setembro do mesmo ano. É considerado o maior número desde março de 2002, quando o IBGE passou a tabular dados dessa faixa.

Segundo o IBGE, o aumento do número de crianças e jovens que trabalham neste período é consequência da queda da renda no trabalhador. Com efeito, o fenômeno está de acordo com o verificado pelo PME de setembro, ou seja, houve um crescimento do número de pessoas que não trabalhavam antes e que entraram no mercado para ajudar no orçamento familiar.

Esse fato evidencia o quanto o trabalho infantil está ligado à realidade social à qual suas famílias estão inseridas. O universo do trabalho infantil no Brasil é definido não apenas pela cultura de valorização do trabalho, mas, principalmente, pela existência da diferenciação entre as classes sociais, bem como a falta de oportunidades para as classes baixas, em nível de educação, lazer e emprego. Ou seja, quando algum dos genitores está desempregado, as crianças e jovens vêm-se obrigadas a exercer algum tipo de atividade que gere renda, como forma de auxiliar no sustento da família, mesmo que isso seja ilegal.

Sobre os fatores que atuam como bases para a utilização da mão-de-obra infantil, justificando a sua existência, a maioria das pesquisas⁴ destaca os seguintes: a existência da pobreza, que submete adultos a utilizarem-se de seus filhos como forma de auxiliar na renda familiar; a ideologia de exaltação do trabalho; fatores culturais, principalmente no meio rural, onde as tradições quanto ao cuidado com a terra são repassadas em família, num trabalho conjunto; o baixo nível de escolarização dos pais, e em decorrência a desinformação quanto às consequências para a criança em utilizar sua mão-de-obra; a falta de investimentos governamentais em educação pública de qualidade, que garanta a permanência da criança na escola e de atividades que a estimulem em seu desenvolvimento.

Se as causas da utilização da mão-de-obra infantil são inúmeras, é também evidente como a diversidade de metodologias adotadas em pesquisas sobre o tema, variando o enfoque e a utilização dos dados. As atividades realizadas por crianças, como exploração de mão-de-obra, nem sempre podem ser contabilizadas por meio de pesquisas, nem mesmo fiscalizadas com rigor pelos programas de erradicação do trabalho infantil, pois concentram-se, em grande número, em atividades informais.

Em relação ao caráter de informalidade, é importante ressaltar sua característica e seu significado dentro da cultura brasileira. Segundo Noronha, a informalidade depende de seu contraponto, ou seja, do significado de formalidade, relacionado ao contexto histórico e social de cada país. Sob esta perspectiva, Noronha distingue três diferentes interpretações para trabalho informal no Brasil: a interpretação econômica, que designa como informal propriamente dita; a jurídica, que designa como ilegal e a do senso comum, que caracteriza como informal a ausência de trabalho com contrato assinado em carteira.

⁴ A exemplo de: *A caminho da escola – 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil* – Patrocinada pelo Instituto Souza Cruz.

Para o autor, no Brasil, a partir do século XX desenvolve-se o mercado de trabalho como forma predominante de produção de bens e serviços. Durante as décadas de 1930 e 1940, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho; a partir daí, são constituídas as noções de formalidade e informalidade, sempre pautadas a partir do aspecto jurídico ou legal, que estabeleceram regras mínimas de trabalho justas: salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais, entre outros direitos do trabalhador. Assim, desde então, a formalidade está ligada à noção de legalidade, o que traduz, na prática, em trabalho assalariado. Para Noronha, nesse contexto, a carteira de trabalho passou a representar não apenas uma carteira de identificação e uma garantia de crédito ao trabalhador consumidor, mas também um compromisso moral do empregador com a legislação trabalhista.

Segundo o autor, o trabalho infantil é entendido pelo senso comum brasileiro como aceitável, mas não como ilegal, no sentido de atividade criminosa: *“O trabalho infantil pode ser popularmente visto no Brasil tanto como ilegal, como apenas informal ou pode nem mesmo ser reconhecido como trabalho, dependendo de variáveis culturais e econômicas das regiões do país.”* (NORONHA, 2001, p. 13).

Torna-se importante ressaltar que o significado do trabalho informal está ligado a noções legais, previstas por lei, bem como às tradições culturais das diversas regiões brasileiras, que guardam traços tanto da colonização, no Nordeste, como da imigração, no Sul e Sudeste. Contudo, a visão de exploração de mão-de-obra não é consenso, pois em muitos dos casos, as crianças trabalham com suas famílias como conservação de um costume, até mesmo como forma de manter a família unida, principalmente o trabalho realizado no campo. O que difere da exploração propriamente dita da força de trabalho das crianças por suas famílias, inclusive, na oferta e venda de sua mão-de-obra a terceiros.

A partir do quadro retratado acima, torna-se importante compreender o papel das instituições e organizações, criadas especialmente para garantir os direitos humanos às crianças e adolescentes, bem como a elaboração de normas internacionais, que introduziram uma reformulação nas legislações de cada país, referentes à infância, principalmente, no que tange ao processo de erradicação do trabalho infantil.

3.2 ORGANIZAÇÕES, LEGISLAÇÕES E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

A força da lei está sempre designada pelos processos sociais que a engendram, sejam eles: genocídios, como os promovidos pelo nazismo durante a Segunda Grande Guerra, resultando na elaboração dos Direitos Humanos; conflitos entre classes sociais antagônicas, como as lutas operárias, resultando na criação da OIT (Organização Internacional de Trabalho) em 1919; reivindicações de gênero, como os movimentos feministas durante as décadas de 1960 e 1970, resultando na legalização de situações como concubinato e do divórcio como situação formal amparada pela lei.

As transformações sociais representam os processos pelos quais os contextos históricos, culturais e econômicos, reivindicam mudanças. Essas, por sua vez, somente serão efetivadas quando prescritas em legislações. Portanto, os movimentos para erradicar o trabalho infantil partiram em princípio do entendimento de que ele representa um problema social que deve ser resolvido com o amparo de uma legislação voltada à infância e adolescência, entendendo-se estas fases da vida como processos de crescimento e desenvolvimento, os quais requerem cuidados específicos. Cuidados estes, que estarão formando o caráter do indivíduo, bem como sua responsabilidade e consciência moral, aquela que irá incorporar as regras de comportamento social.

Dessa forma, pode-se dizer que uma legislação votada à infância e à adolescência significa uma distinção estabelecida por lei entre o universo adulto e o infantil. Com isso, a atividade trabalho constitui o grande salto para a vida adulta, e a educação, o meio pelo qual os grupos de crianças e jovens serão preparados para ingressar nessa etapa da vida, mediante a aquisição de conhecimentos necessários para seu desenvolvimento; conhecimentos estes caracterizados pelo aspecto formal do saber técnico e científico transmitido por instituições responsáveis pela formação dos indivíduos: as escolas.

A concepção de formação para o trabalho está presente ainda nos dias atuais. O que mudou foi à concepção de criança como sujeito de fato e de direito perante a lei, tendo todos os seus direitos salvaguardados por legislações específicas. Para que isso tenha ocorrido, houve a criação de uma série de instituições de peso internacional que fundamentou as bases de ações que, na

atualidade, se caracterizam nas políticas públicas voltadas à infância e adolescência, bem como os movimentos internacionais encabeçados pelas mesmas instituições.

Daí a importância de descrever e argumentar a respeito dos objetivos destas instituições, para o desencadeamento dos projetos voltados à erradicação do trabalho infantil.

3.2.1 Histórico do processo de erradicação do trabalho infantil

Em 1919, com a criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) serão estipulados, em nível internacional, patamares mínimos para regular a situação do trabalhador, sendo que a Convenção nº 5 designava a idade mínima de 14 anos para o ingresso no trabalho e que menores de 18 anos não poderiam realizar trabalho noturno. Contudo, as convenções não possuem força de lei, apenas designam parâmetros a serem adotados pelos países membros, mediante a ratificação das convenções, ou seja, são apenas orientações para que se legitimem em forma de lei. Apesar disso, na atualidade, muitos países vêm aprimorando suas legislações, como a adoção das convenções sobre restrição ao trabalho infantil.

Dentre as normas estabelecidas pela OIT que tratam especificamente do tema trabalho infantil, destacam-se as Convenções 138, que estabelece como idade mínima para o trabalho a idade de 15 anos, e 182, de 1999, que estabelece as piores formas de trabalho infantil, que seriam:

Convenção 182 – art. 3º:

Para efeitos da presente Convenção, a expressão “as piores formas de trabalho infantil” abrange:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
 - b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
 - c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes; e
 - d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.
- (BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Convenção 182).

É possível verificar na Convenção 182 que a OIT não está preocupada exatamente com qualquer trabalho, mas com aquelas atividades de total exploração,

que colocam a criança em situação de vulnerabilidade extrema, sem condições de defesa, bem por isso, são exploradas.

Torna-se importante mencionar as propostas recentes, de inclusão das cláusulas sociais nos acordos comerciais, no âmbito da OMC (Organização Mundial de Comércio), que, segundo a coletânea de pesquisas sobre o tema *Trabalho infantil: a infância roubada*, prevê, entre outras restrições, a proibição do trabalho infantil na fabricação de produtos exportados. Apesar da sua rejeição pela maioria dos países membros dessa organização, este documento exerce pressão internacional, alertando os diferentes países para o problema.

Também vale destacar a atuação de outros organismos internacionais ligados à ONU (Organizações das Nações Unidas), como a OMS (Organização Mundial da Saúde); a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Ainda, no início do século XX, em 1924, a Declaração de Genebra estabeleceu como dever da humanidade proteger a criança.

Em 1946 foi criado o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), uma organização internacional que tem como objetivo a defesa dos direitos da criança. Inicialmente, visava proteger as crianças européias vítimas da Segunda Grande Guerra; em seguida, ampliou suas ações incluindo apoio ao desenvolvimento da criança em nível mundial, mediante ajuda financeira e técnica. Em 1959, esta organização elabora a “Declaração dos Direitos da Criança”, na qual a criança é declarada como merecedora de proteção e cuidados especiais, tendo em vista sua condição de estar em desenvolvimento físico, psicológico e social.

Em 1948, como já citado, após a Segunda Guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece os princípios de proteção a todo e qualquer indivíduo, independente de idade, sexo, ideologia política, religião, origem étnica, além dos princípios referentes à proteção da família.

Em 1969, a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta normas específicas de proteção à família e à infância.

O direito de igualdade das crianças e a universalização deste direito representam, segundo Carneiro, a mudança no pensamento ocidental quanto ao tratamento da infância e adolescência, em nível internacional, levando-se em conta o contexto em que este processo surgiu: no período pós-guerra, na Europa e nos EUA. Este período incorporou não apenas direitos trabalhistas impulsionando a mudança nas políticas governamentais, mas, também mudanças que se aglutinaram a estas,

representando uma resposta aos movimentos sociais e de minorias étnicas, que buscavam reconhecimento social por intermédio de organizações que defendessem seus direitos. (CARNEIRO, 2002, p. 21)

A partir da Convenção de 1989, o UNICEF elabora a “Doutrina da Proteção Integrada”, com o objetivo de buscar a melhoria de vida das crianças em nível mundial, firmando compromisso com os governos para que todos os assuntos relativos à criança se tornassem prioridade nacional. E, juntamente com os governos, surgem com papel importante e definidor de ações voltadas à infância, as organizações não-governamentais. Este movimento impulsionado pelo UNICEF buscava promover discussões não apenas nas esferas governamentais, mas também na sociedade civil organizada, voltadas para as formas de se tratar a infância e adolescência, tendo em vista a necessidade de se elaborar uma legislação própria para a infância, que lhe garantisse proteção integral.

O peso de organizações com a OIT e o UNICEF, com suas iniciativas em todos os continentes, ecoou no Brasil mais precisamente durante a década de 1970, com a criação do Movimento de Defesa do Menor, que reunia profissionais como juristas, psicólogos, educadores e assistente sociais.

Conforme o capítulo anterior, na década de 1980, firmaram-se as lutas iniciadas durante o período antecedente e, por meio de uma nova Constituição, o Brasil passou a reconhecer crianças e jovens como sujeitos de direito. E, no início da década seguinte, elabora-se o ECA, em 1990, que substitui o Código de Menores de 1979, para a garantia dos direitos humanos a crianças e adolescentes e a seu reconhecimento em uma legislação específica.

O Estatuto é considerado o documento que juridicamente institui de modo definitivo a Doutrina de Proteção Integral em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Por ser fruto de um contexto em que a sociedade civil participou de modo organizado dos debates em torno do reconhecimento social de diferentes grupos e de suas reivindicações, tendo em vista a elaboração de uma nova Constituição, o ECA é entendido, por juristas e outros profissionais que participaram dos debates para sua efetivação, como um código elaborado não apenas pelo Estado, mas como resultado das reivindicações elaboradas durante a década de 1980.

Ainda como resultado do esforço das organizações internacionais, na década de 1990, o trabalho infantil passa a ser entendido como exploração de mão-de-obra e

violação dos direitos humanos. Inicia-se, então, uma série de pesquisas, encomendadas pela OIT e UNICEF, que retratavam a situação do trabalho infantil no Brasil, que aparecia como um dos países que mais explorava a mão-de-obra infantil em nível mundial. Justamente por isso, foi incluído no programa mundial de erradicação do trabalho infantil desenvolvido pela OIT: o IPEC (International Programme for Elimination of Child Labour), lançado no Brasil em 1991.

Em 1993, é promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição, estabelecendo o sistema de proteção para os grupos mais vulneráveis da população, por meio de benefícios, serviços, programas e projetos. Em seu art. 2º, estabelece que a assistência social tem por objetivos dentre outros: I) proteção à família, à infância e à adolescência; II) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

O governo brasileiro tem participado de encontros mundiais, voltados para a erradicação do trabalho infantil; é o caso da Primeira Reunião Ibero-Americana Tripartite de Nível Ministerial sobre o tema, em Cartagena, em maio de 1997. O governo brasileiro, representado pelo Ministério do Trabalho, assinou a Declaração de Cartagena, que reitera o compromisso dos países signatários de reconhecer que os direitos da infância são fundamentos dos direitos humanos. Para implementar as políticas, todos os países concordaram em empenhar-se para: promover o crescimento econômico que resulta na mitigação da pobreza; redobrar os esforços para erradicar o trabalho infantil, mediante estratégias que agreguem e comprometam os diversos setores sociais; criar comitês nacionais para desenhar e implementar um Plano Nacional de Ações para Erradicação do Trabalho Infantil; estabelecer um acompanhamento sistemático desses comitês, bem como um sistema regional de informações.

A busca por se erradicar o trabalho infantil é motivada, no Brasil, pelo empenho dos grupos envolvidos, na época da elaboração do ECA, incentivados e amparados técnica e financeiramente pela OIT e pelo UNICEF. Este processo intensificou-se com a implementação do IPEC e com a criação, em 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Este Fórum congrega setores do governo e órgãos não-governamentais, representantes do empresariado, da igreja, de diferentes sindicatos, de universidades e diversos setores da sociedade civil organizada. Seu objetivo, em princípio, era diagnosticar e intervir nos casos de exploração mais preocupantes, começando pelo meio rural.

A relevância do tema e as pressões internacionais fizeram com que o governo brasileiro respaldasse o artigo 227, já citado, da Constituição de 1988, que prevê a parcela de responsabilidade do Estado, nas questões relativas à infância e adolescência. Assim, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de fiscalização e da Secretaria de Assistência Social, o governo brasileiro ratificou as Convenções 138 e 182 da OIT, comprometendo-se no empenho para erradicar o trabalho infantil.

Em 1996, por reivindicação do Fórum Nacional, a Secretaria de Assistência Social, com o apoio do UNICEF, foi criado o programa piloto, de intervenção na realidade social das crianças que trabalhavam nas carvoarias de Mato Grosso do Sul; este projeto, foi o primeiro a ser implantado pelo Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). (CARNEIRO, 2002, p. 42)

Em 2000, o Fórum elaborou o documento “Diretrizes para a formulação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil”; neste documento, com o apoio do CONANDA (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), o Fórum Nacional apresentou uma proposta de política pública, para se erradicar as formas de trabalho infantil, priorizando a educação das crianças que trabalham.

Após a experiência do projeto piloto, no Mato Grosso do Sul, inúmeros projetos foram desenvolvidos, por meio de políticas públicas e de ações não-governamentais.

O desenvolvimento de um processo que se caracteriza num contexto socioeconômico globalizado, desencadeou, conforme argumentado neste capítulo, a busca por se erradicar as denominadas “piores formas de trabalho infantil” que, segundo o UNICEF, colocam a criança em total vulnerabilidade, tendo em vista sua peculiar situação de desenvolvimento e crescimento, expondo sua fragilidade enquanto criança.

Contudo, a luta encampada tanto pelas organizações internacionais, quanto organizadas pelos programas nacionais e regionais, para se erradicar o trabalho infantil no Brasil, esbarra na própria realidade que se deseja transformar ou erradicar: a composição social advinda da estrutura da sociedade capitalista, ou seja, a contradição entre as classes sociais e suas lutas para sobreviver, em que o trabalho ainda sustenta tanto a reprodução do capitalismo quanto as contradições advindas das relações sociais estabelecidas a partir de sua existência.

4 TRABALHO INFANTIL: A PROBLEMÁTICA DA ERRADICAÇÃO

Nos capítulos anteriores, com a abordagem da trajetória da construção social da ideia de trabalho infantil como problema, observou-se como o trabalho, na sociedade moderna, a partir do advento do capitalismo industrial, estrutura as relações sociais, bem como as contradições delas advindas.

Também foi possível constatar que a noção de infância incorporada pela cultura ocidental moderna foi construída sob a égide das relações estabelecidas por meio do trabalho, no sistema capitalista como modo de produção, o qual transformou, sobremaneira, as relações de trabalho realizadas em família e em comunidade, onde as crianças atuavam em conjunto com os adultos na divisão das tarefas diárias.

O trabalho e a escola designam universos de atuação que separam a infância do mundo adulto. A criança deve ser preparada para o futuro na sociedade atual, em que a educação formal representa tanto o repasse de conhecimentos científicos e tecnológicos, os quais se diferenciam do conhecimento do senso comum, quanto à formação do caráter dos indivíduos, por meio da disciplina e da inculcação da ideologia do trabalho, como fonte de sobrevivência, o que garante uma certa ordem social, na medida em que a escola separa os educandos em grupos por faixas etárias, preparando-os, conforme seu nível de desenvolvimento cognitivo e social.

A educação para o trabalho, muito embora na atualidade esteja ligada à ideia de garantia de direitos reservados às crianças e aos adolescentes, com base na manutenção dos direitos humanos, revelam que a sociedade, com todas as transformações tecnológicas e científicas que tenha sofrido, não abandonou a crença de que o trabalho é dignificador por representar a possibilidade de sobrevivência, mas também por manter latente a diferenciação entre as classes sociais.

O trabalho ainda é o agente que disciplina e organiza a sociedade, moldando os corpos e as mentes dos jovens como atuantes num futuro próximo.

Neste capítulo, por meio de uma abordagem crítica, estarão em análise alguns aspectos que compõem a contradição do discurso da erradicação do trabalho infantil contida tanto na legislação brasileira, enfocada no ECA, em ações do governo, como o programa PETI, bem como de iniciativas privadas, e na articulação entre ambos, como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, envolvidas no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

4.1 AÇÕES RELATIVAS À ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Entre as ações governamentais, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atua na fiscalização, realizada desde a implantação das Leis Trabalhistas em 1943, intensificada na década de 1990 com a organização de núcleos de combate à exploração de mão-de-obra infantil. Esses núcleos, a partir de 2000, passam a se chamar Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (GECTIPA), presente em cada Delegacia Regional do Trabalho.

O trabalho desses grupos, além de fiscalizar, consiste em realizar estudos e mapeamentos dos focos e das condições em que o trabalho infantil é realizado. Em parceria com os fóruns estaduais de erradicação do trabalho infantil, com o Ministério Público do Trabalho e com os Conselhos Tutelares, a fiscalização procura chegar até as situações mais difíceis, como fiscalizar o trabalho doméstico e o realizado em regime familiar. Além da fiscalização, os agentes encaminham as crianças para os programas locais de assistência, como forma de afastá-las do trabalho.

Outra atuação do MTE refere-se ao seu trabalho junto ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), atuando em parceria com a Secretaria de Assistência Social (SEAS). As ações deste grupo em conjunto, caracterizam-se em: fiscalização preventiva e repressiva; mapeamento dos focos de trabalho infantil; elaboração de estudos e pesquisas sobre o tema; promoção de eventos para a sensibilização da sociedade para o tema; integração dos agentes envolvidos neste trabalho. (CARNEIRO, 2002, p. 75)

Um outro programa do MTE refere-se ao atendimento das famílias participantes do PETI. Trata-se do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que busca oferecer condições para qualificação ou requalificação ao trabalhador.

Ainda, em conjunto ao MTE e com função de regularizar situações ilegais e fazer cumprir as determinações da lei, está o Ministério Público do Trabalho (MPTE), que também atua junto aos fóruns nacional e estaduais. Por meio de procuradorias regionais, o MPTE fiscaliza as denúncias apuradas pelo MTE, pelos Conselhos Tutelares, bem como pela imprensa e serviços de tele-denúncia, atuando, também, na divulgação, orientação e esclarecimentos dos adolescentes. Nas situações de irregularidade comprovada, o MPT utiliza um termo de ajuste de conduta, que deve ser assinado e cumprido pelo transgressor.

Ao Ministério da Previdência e Assistência Social, e por meio da Secretaria de Assistência Social, cabe a responsabilidade de gerenciar o PETI, ainda que a gerência se faça de maneira descentralizada, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

O PETI, com o objetivo de erradicar as “piores formas de trabalho infantil”, possui os seguintes eixos de ação: diagnóstico e mapeamento dos focos e atividades desenvolvidas por crianças em cada município ou região; concessão de um auxílio financeiro às famílias que retiram seus filhos do trabalho, denominado “Bolsa Criança-Cidadã”, que possui um valor de R\$25,00 para as famílias da área rural e de R\$40,00 para as da área urbana⁵ este benefício, de caráter provisório, substitui a renda obtida com o trabalho das crianças. A permanência e o sucesso das crianças na escola são atrelados ao recebimento do benefício. A criança ainda deve participar das atividades de contraturno (reforço escolar, atividades de recreação e cultura), chamada de Jornada Ampliada, para a qual o município recebe verba específica, advinda do Fundo Nacional para a Infância e Adolescência.

Além disso, compete ao PETI: mobilização e conscientização da sociedade para a importância da erradicação do trabalho infantil; estabelecimento de parcerias para garantir ofertas de programas de geração de renda e qualificação profissional para os adultos, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das famílias e fazer com que elas não mais precisem recorrer ao trabalho de seus filhos.

As crianças que participam do Programa realizam, efetivamente, as denominadas “piores formas de trabalho infantil”, estão na faixa entre 7 a 14 anos, cujas famílias possuem renda per capita de até ½ salário mínimo. Ao completar 14 anos a criança é desligada do Programa, junto com sua família. A permanência pode se dar por dois anos, sendo esse prazo passível de ser renovado por mais dois anos, ou seja, a família pode participar no máximo por quatro anos do Programa.

O Ministério da Educação também participa, em conjunto da SEAS e do MTE, ao promover treinamento dos monitores da Jornada Ampliada e a garantia de vagas para as crianças atendidas pelo Projeto. Também atua no Programa o Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa Nacional de Geração de Renda (PRONAGER) que procura auxiliar os pais das crianças, na busca de

⁵ O Governo Federal está revendo a administração de alguns programas sociais, em relação ao pagamento dos benefícios, por meio de agrupá-los num só pagamento, ou seja, benefícios como Vale Gás e PETI, seriam pagos de uma vez. Esta proposta está em andamento.

emprego. O Ministério da Saúde atua indiretamente, por fazer parte do Programa Agentes de Saúde, orientando as famílias quanto aos riscos aos quais estão expostas as crianças que trabalham.

Mesmo o PETI sendo gerenciado pela SEAS, uma secretaria nacional, sua execução se dá nas instâncias estaduais e municipais. A Secretaria de Assistência Social incumbe-se de elaborar projetos e aprovar estados e municípios a participarem do Programa, bem como o monitoramento das ações. (CARNEIRO, 2002, p. 78)

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, já citado, tem como objetivo “reunir todos os esforços do poder público e da sociedade interessada neste tema”. Caracteriza-se por atuar como instância aglutinadora e articuladora dos diversos setores e instituições envolvidas em políticas e programas, que atuam na formulação de medidas contra a exploração de mão-de-obra de crianças e jovens, principalmente nos casos considerados como as “piores formas de trabalho infantil”, segundo o UNICEF.

Quando da sua criação, o Fórum tinha as seguintes atribuições: elaborar estratégias de atuação na prevenção e erradicação do trabalho infantil; mobilizar empregadores; integrar esforços das diversas áreas na defesa dos direitos da criança e do adolescente; atuar em conjunto com os meios de comunicação de massa para a sensibilização da sociedade; instalar e manter um banco de dados sobre o tema no Brasil; incentivar a criação de fóruns estaduais, municipais e regionais, criando uma rede articulada que atue seguindo as formas prescritas no Estatuto da Criança e do Adolescente; estimular uma política descentralizada, que prevê não apenas a participação do governo, mas também da comunidade.

O Fórum Nacional é integrado por 32 entidades com representantes tanto do governo quanto de ONGs e da sociedade civil organizada. Suas decisões e indicações são adotadas por consenso em todas as suas instâncias. A coordenação é exercida por um colegiado que conta com representantes de todos os segmentos envolvidos.

A atuação localizada do Fórum visa estimular a implementação do Programa de Ações Integradas – PAI, que se baseia no trabalho conjunto dos três níveis do governo, estadual municipal e federal, bem como de entidades envolvidas com o tema, para a implementação de ações simultâneas. A metodologia de elaboração e implementação do PAI consiste em: mobilizar entidades locais, para a elaboração de comissões ou fóruns regionais; diagnosticar a situação; desenvolver pesquisas;

promover estudos socioeconômicos; promover o planejamento estratégico para identificar as propostas nos diferentes setores; identificar a disponibilidade dos recursos técnicos e financeiros dos membros do Fórum; elaborar documento que consolide as propostas identificadas pelas entidades locais e pelo Fórum; selecionar e detalhar os projetos que farão parte do Programa de Ações Integradas; negociar parcerias entre os participantes do Fórum; definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PAI.

O Fórum, ao atuar no sentido de mobilizar diferentes setores da sociedade, articulou o estabelecimento de compromisso público entre diversos setores da sociedade. Em relação ao poder público, destacou-se a iniciativa da assinatura do “Termo de Compromisso para a Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção ao Adolescente no Trabalho”, firmado em 1996, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, 12 governadores, parlamentares, organizações empresariais e de trabalhadores e ONGs.

Entre os pactos estabelecidos no âmbito empresarial, destacam-se: “Pacto dos Bandeirantes”, em 1996, comprometendo-se a promover a erradicação do trabalho infantil no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo; o “Pacto de Araraquara”, de 1996, e a “Carta de Bebedouro”, de 1997, para eliminar o trabalho de crianças na região citrícola de São Paulo e Minas Gerais; o “Pacto de Franca”, também de 1996, contra a utilização de mão-de-obra infantil no setor calçadista; o pacto firmado entre a Delegacia Regional do Trabalho de Goiás e a empresa Arisco, para a não utilização da mão-de-obra infantil na produção de tomate; o “Pacto Paulo Freire para a Erradicação do Trabalho Infantil e a Profissionalização do Adolescente no Setor Sucroalcooleiro da Zona da Mata de Pernambuco”. Além desses setores, foram firmados pactos com o setor automobilístico, por intermédio das montadoras: General Motors, Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz, além da Metalúrgica Mannesmann.

A estratégia de ação do Fórum, segundo documento do Ministério do Trabalho e Emprego, aponta três itens: apoio à geração de renda, ênfase na educação das crianças e intensificação da fiscalização. Dentro dessa perspectiva, o Fórum definiu como principal objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, bem como que as crianças até 18 anos concluam, no mínimo, o ensino fundamental (até a 8ª série), sem retornarem ao trabalho.

Entre as ações não-governamentais, destacam-se em nível nacional, as seguintes entidades:

Fundação Abrinq

Criada em 1990, iniciativa privada e sem fins lucrativos, tem como objetivo mobilizar e conscientizar o universo empresarial brasileiro na luta pela defesa dos direitos das crianças, principalmente, no tocante ao trabalho infantil. Em 1995, a Fundação criou o programa “Empresa Amiga da Criança”; iniciativa pioneira que consiste na concessão de um selo especial às empresas que não se utilizam do trabalho de crianças e que desenvolvem algum projeto voltado para as crianças.

Missão Criança

Organização não-governamental criada em 1998 em Brasília pelo ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, com o objetivo de retirar as crianças do trabalho e fazê-las permanecer na escola. A ideia inicial serviu de base para a formulação do PETI, tendo como modelo um benefício fornecido às famílias de crianças que trabalham, com a condição de assumir o compromisso de mantê-las na escola.

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)

Criado em 1985, este movimento representa a primeira experiência brasileira de participação de grupos de crianças e adolescentes que discutem seus direitos. É uma organização de caráter popular existente em 25 estados que conta com a participação de 5 mil crianças e adolescentes, e tem como objetivo articular meninos e meninas de rua para participarem da reflexão e busca de soluções para os seus problemas; conta com trabalho voluntário, prevê comissões locais, estaduais e nacionais, compostas por sócios (efetivos, filiados e colaboradores) (CARNEIRO, 2002, p. 90)

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Campo (CONTAG)

Organização que se engajou nos debates em torno do trabalho infantil, principalmente no meio rural, a partir de 1993, quando em parceria com a OIT, iniciou ações de conscientização de líderes sindicais. Sua atuação se deu por meio de federações estaduais junto aos sindicatos a elas filiados e diretamente junto às famílias de agricultores. (CARNEIRO, 2002, p. 91).

É preciso lembrar ainda o papel desempenhado pela mídia, que atua ao divulgar as ações voltadas ao processo de erradicação do trabalho infantil, bem como exerce a denúncia de casos de exploração. Com este objetivo, destaca-se, no Paraná, a Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, que *“atua para fazer da comunicação social um instrumento que promova e defenda os direitos da infância e adolescência, cooperando para a cobertura jornalística permanente e com mais qualidade”*. (A criança e o adolescente na mídia – Paraná; outubro/dezembro de 2000)

4.2 AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: O DISCURSO DA ERRADICAÇÃO

O ECA, conforme já argumentado nos capítulos anteriores, resultou de um processo histórico e de um contexto socioeconômico específicos, em que a infância pobre deixa de ser vista como um problema social, em nível legislativo e institucional, no qual a criança era culpabilizada por sua situação de pobreza, tendo que ser punida, em caso de infração a lei, ou disciplina, em situação de abandono ou de falta de oportunidades de escolarização.

Tanto num caso quanto noutro, o trabalho era entendido como uma atividade que proporcionaria a disciplina dos corpos e das mentes dos jovens, bem como lhes garantiria a própria sobrevivência. Além disso, representavam uma grande parcela de mão-de-obra válida para o empresariado, que não a dispensava, fazendo uso dela sempre que possível. Ou seja, o trabalho de crianças e jovens não era um problema e sim uma solução, tanto para os empregadores, como para a sociedade, que não suportava a idéia da delinquência resultante da vadiagem, que estava ligada à noção de pobreza.

Para o ECA, segundo o art. 1º Das Disposições Preliminares, crianças são pessoas com idade de 12 anos incompletos e adolescente, aquelas entre 12 e 18 anos de idade.

O capítulo V, Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, prescreve no art. 60: “É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Sendo que, em 1998, a Emenda Constitucional nº 20, elevou de 14 para 16 anos a idade mínima para o ingresso no trabalho.

A condição de aprendiz, para o ECA, representa a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor (ECA, art. 62). Como a lei nº 9.304/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não trata do assunto, pois considera que o ECA não está regulamentado nesse tópico, a aprendizagem está restrita ao que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho. Esta designa da seguinte forma a aprendizagem: realizada por meio do SENAC e SENAI (CLT, arts. 80, 429, Decreto 3.1546/52, Portaria 43/53 e 1055/64) e portarias posteriores; realizada na própria empresa, desde que haja planejamento, supervisão e adequação dos cursos ministrados por essas entidades ou quando inexisterem cursos na localidade.

Quanto ao salário do aprendiz, a lei prevê que, na primeira metade da duração máxima prevista para o aprendiz, o salário pago nunca será inferior a meio salário mínimo. Para a segunda metade do contrato, será de no mínimo 2/3 do salário mínimo (CLT, art. 80, caput), ou seja, menos que o previsto por lei.

Sobre a condição de aprendiz, sua característica remonta à Idade Média, quando, segundo Grunspun:

...a criança, o adolescente e jovens adultos ficavam trabalhando para alguém até poder aprender um ofício. De regra não ganhavam salário algum e algumas vezes os pais pagavam para a criança poder aprender, mas na verdade as crianças aprendizes trabalhavam e na maioria das vezes em trabalho aviltante. (GRUNSPUN, 2000, p. 125).

Essa condição, por mais que seja protegida pelo ECA, qualifica mão-de-obra num regime de aprendiz, representando uma forma de aprendiz válido como trabalho, ou seja, o trabalho não é permitido para crianças até 16 anos, mas na condição de aprendiz é permitido, pois, neste caso, o adolescente estará aprendendo um ofício, ou se preparando para realizar alguma atividade, por meio do trabalho em si, com regulamentação legal e direito a receber salário.

O que passa a ser de direito no ECA é que os jovens das classes pobres se enquadrem no sistema de valorização do trabalho por meio de qualificação profissional e de formação técnica, pois o trabalho realizado em qualquer outra instância ou setor é considerado ilegal. Em verdade, a condição de aprendiz compõe um quadro de regulação interna do mercado de trabalho e de mão-de-obra, sendo disponibilizada para os setores que necessitarem, sendo administrado pelo Estado e por empresas. Portanto, o trabalho, mesmo na condição de aprendiz, não deixa de ser trabalho, tanto como possibilidade de auto-sustentação, tanto como forma de disciplinar e organizar grupos sociais específicos, pois somente os jovens advindos das classes populares fazem parte dos programas de aprendizado, enquanto que os filhos das classes dirigentes se preparam em cursos extracurriculares, em atividades esportivas e em cursinhos pré-vestibulares. Esta situação reforça a ideia de que trabalho é condicionante da classe pobre.

No Estatuto, o capítulo V, referente à profissionalização e proteção ao trabalho, proíbe determinantemente o trabalho a pessoas com menos de 16 anos, contudo, os artigos restantes deste capítulo fazem menção às condições nas quais o adolescente pode trabalhar, bem como proíbe, no art. 67, as situações em que o jovem seja colocado em perigo como: trabalho noturno, entre 22 horas e 5 horas do dia seguinte; trabalho perigoso, insalubre e penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação ou ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em locais que não permitam a frequência à escola.

A valorização da formação educacional sempre está em paridade com a formação profissional, ou seja, o adolescente pode até trabalhar, em regime de aprendizado, mas não pode deixar de estudar. Portanto, além de direitos, o Estatuto prevê deveres, não somente ao Estado, à família e à sociedade, mas à própria criança e ao adolescente que possuem como dever, frequentar a escola, como argumenta Grunspun: *“(...) assim como o dever do cidadão adulto para com o Estado é pagar impostos, o ECA considera que o dever da criança e do adolescente para com o Estado é frequentar a escola.”* (GRUNSPUN, 2000, p. 128)

A escola, instituição formal de ensino, não representa apenas saber organizado, mas no contexto socioeconômico atual, a educação representa cada vez mais qualificação de mão-de-obra, conforme Pochmann:

Como a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional. (POCHMANN, 2002, p. 97)

O Programa PETI, segundo documento do MTE 1999, atendeu em até o final de 1998, um total de 117.100 crianças em diferentes estados e regiões brasileiras. Muito embora para inúmeras crianças o Programa possa representar uma melhora na condição de vida sua e de sua família, na medida em que ela se distancia do trabalho, ele não garante efetivamente que as crianças não voltem a trabalhar.

Contabilizar o processo de erradicação é uma tarefa delicada; mesmo que se registre em números a quantidade de crianças que participam ou participaram do Programa durante um determinado período, torna-se impossível controlar o destino dos adolescentes quando finda o período de quatro anos. Ademais, não se pode negar o caráter excludente do Programa que, por razões de continuidade do processo, desliga as crianças e suas famílias após quatro anos. O que fazem estes adolescentes de 14 anos, quando desligados do Programa, principalmente, se não estiverem ligados a alguma empresa como aprendizes? O que fazem dos 14 aos 16 anos, idade permitida para que possam iniciar a trabalhar? E suas famílias, como fazem para compor renda que era fornecida pelo Programa?

Muito provavelmente, como já constatado em outras pesquisas, esses jovens retornam ao trabalho, forçado, penoso, desligam-se definitivamente da escola, estando desprotegidos de amparo legal, até completarem 16 anos quando, muitas vezes, não conseguem se encaixar em atividades que exigem qualificação.

Essas questões são lacunas do Programa, sem contar com a burocracia em algumas regiões no cadastramento das famílias e no consequente atraso no pagamento do benefício, além do despreparo dos agentes envolvidos nos programas.

O PETI, mesmo que vinculado ao novo processo de organização das políticas públicas, sob a égide da descentralização administrativa, visa cumprir a lei, o ECA que impossibilita o trabalho a menores de 16 anos. Assim, o PETI, estando articulado a outras instâncias que buscam o controle de suas ações e auxiliam seu desempenho, como o Fórum, exerce um controle parcial sobre a quantidade de mão-de-obra de crianças e adolescentes que trabalham, efetuando uma intervenção na

realidade social dessas crianças, por meio de um comprometimento assumido com suas famílias, em manter seus filhos na escola e retirá-las do trabalho.

Programas como o PETI, exercem um controle sobre as crianças cadastradas e suas famílias. O controle é realizado quando o Programa verifica e supervisiona a frequência escolar das crianças, o que está atrelado ao recebimento do benefício. Agentes controladores são os atuais visitantes, que, conforme argumentado no primeiro capítulo, faziam a inspeção do cotidiano das famílias pobres que viviam de benefícios, na Europa, dos séculos XVII até o XIX. Assim, o cotidiano das crianças cadastradas no PETI é vigiado, constantemente, para que se possa garantir êxito ao programa e benefício às famílias dele dependentes.

Fazer parte do Programa coloca as crianças e os adolescentes diante de sua própria condição de classe, pois eles são identificados como pertencentes a uma classe social que precisa de um auxílio, pois não conseguem, nem eles nem suas famílias, resolver a situação de pobreza na qual estão inseridos. Ou seja, crianças que fazem parte do Programa representam a pobreza do país.

A identificação sugere a retomada dos idos tempos medievais, quando os pobres e mendigos eram carimbados, para que a sociedade os identificasse como tais. Sobre a identificação que projetos e programas ocasionam, expondo as populações que deles fazem uso, como modo de sobreviver, Faleiros argumenta:

Em todos os domínios, as medidas sociais podem ser assim classificadas, tendo em conta o critério de sua extensão e profundidade. Mas é, principalmente, em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critério de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicóticos, mães solteiras, desadaptados sociais, delinqüentes etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal. (FALEIROS, 2000, p. 62)

A imposição da frequência escolar como condicionante da permanência no Programa evidencia, novamente, o quanto a educação formal faz parte do processo disciplinador dos grupos sociais na atualidade. Pois o estudo significa preparação para um futuro. Mas, o futuro das crianças do Programa é incerto, na medida em que sua condição de vida não irá, ao menos por muita sorte, mudar de modo radical, findos os quatro anos.

A crença na conscientização por meio da educação formal faz do PETI um programa que parcela a realidade social, na qual estão inseridas todas as crianças que participam de suas atividades. Isto apenas coloca, mais uma vez, a questão da relevância que a instrução formal exerce sobre a sociedade moderna, principalmente em nível institucional, desqualificando qualquer indivíduo que não esteja preparado para o trabalho.

Em todos os programas e iniciativas para se erradicar o trabalho infantil, a educação é um condicionante, representando o único meio pelo qual as crianças poderão mudar a sua história. Acredita-se que pela educação formal as crianças e os adolescentes estarão sendo preparados para um futuro melhor, em condições de competir no mercado de trabalho. O grande engano está em acreditar que, no final do Programa, os jovens ainda permaneçam na escola e completem seus estudos, mesmo que o ensino fundamental, como é a meta do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

As noções do Fórum, muito embora visem à articulação de todos os setores engajados no processo de erradicação do trabalho infantil, exercem um controle tanto dos programas quanto da realidade social à qual pretende intervir, por meio de uma ideia democrática de ação, em que as decisões são formadas por consenso em assembléias. Tais decisões, mesmo que advindas de consenso, são organizadas por agentes que representam a lei e o Estado, e isso pode resultar em manipulação política administrativa, conforme conclui em sua pesquisa Carneiro: *“Apesar de ser composto por representantes da sociedade civil e do governo, há de se considerar que este Fórum, a exemplo dos demais e também dos Conselhos de Direito, está sujeito à monopolização e cooptação que o poder público exerce em todos estes espaços institucionalizados.”* (CARNEIRO, 2002, p. 150)

As ações do Fórum, por estarem vinculadas a uma série de instituições e setores, na articulação desses setores e na organização descentralizada das instâncias do governo nos três níveis, estadual, municipal e federal, como princípio do PAI (Programa das Ações Integradas), exercem um papel burocrático de efetivar a lei e de controlar todas as ações, como instância por excelência capaz de fazê-lo.

As estratégias de ação do Fórum baseiam-se em três itens: apoio à geração de renda para as famílias, ênfase na educação das crianças e intensificação da fiscalização. Porém como, efetivamente, é possível apoiar a geração de renda, quando a realidade social de muitas famílias cadastradas é por demais destituída de

alternativas? Além disso, indiretamente, os programas culpabilizam as famílias por sua situação, ao vincularem ao benefício, a obrigatoriedade da frequência escolar e o abandono do trabalho, por parte das crianças.

A ênfase na educação diz respeito não apenas à qualificação profissional, mas à disciplina e ao ordenamento dos grupos sociais, por faixas etárias, o que facilita a contabilidade dos ingressos nos projetos, bem como o controle da eficiência dos mesmos. A educação formal nivela, aparentemente, os indivíduos, na mesma medida em que os separa em grupos sociais.

O papel do Fórum concentra-se em diferenciar os grupos sociais, mediante o controle dos projetos e programas, por meio da fiscalização e da exposição desses grupos, identificados como aqueles que precisam de um auxílio, aos olhos das classes dirigentes; auxílio esse caracterizado por uma política compensatória que não atinge a causa do problema, apenas ameniza as diferenças sociais, em nome de uma ideologia que apregoa a igualdade social por meio dos direitos humanos e dos direitos civis resguardados pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Fórum prevê a participação de toda a sociedade engajada no processo de erradicação do trabalho infantil, punindo os infratores e conscientizando as famílias das crianças que trabalham quanto à irregularidade do trabalho infantil, bem como os empregadores que fazem uso desta mão-de-obra. Mas, o tema “trabalho infantil” não representa o maior problema para a sociedade, independente da classe social; o que realmente afeta os diferentes grupos sociais é a existência da pobreza, seja por fazer parte dela, seja por renegá-la.

Todas as ações voltadas ao combate do trabalho infantil, refletem uma problemática, pois não há como extirpar da sociedade capitalista aquilo que a ela é inerente. O trabalho ainda é o agente que disciplina e organiza os corpos jovens como atuantes num futuro próximo, sendo preparados, por meio da escola.

Outra questão importante que se coloca é a falta de participação das famílias e das crianças trabalhadoras, nas decisões relativas ao trabalho das crianças. Em princípio, às famílias cadastradas nos programas, não resta outra alternativa a não ser retirar as crianças do trabalho. Mas, quando o rendimento do trabalho significa uma renda maior que o benefício do Programa? Mesmo assim, as famílias, quando identificadas, devem retirar a criança do trabalho, ao contrário, estarão agindo contra a legislação.

A participação das crianças em decisões que dizem respeito a seus destinos não pode ser invalidada, pois é dessa forma que, de fato, os direitos da criança estariam sendo garantidos, conforme sua cultura e necessidade.

A Fundação *Save the Children* tem como princípio a participação das crianças e suas famílias, quanto às ações voltadas para a problemática do trabalho infantil. Esta Fundação adota as seguintes posições em relação aos diferentes tipos de intervenção, relacionadas ao trabalho infantil:

SCF acredita que todas as intervenções na área de trabalho infantil devem considerar as perspectivas das crianças que trabalham. Ao planejar intervenções é fundamental prever as possíveis consequências involuntárias do curso da ação: para não piorar a situação das crianças trabalhadoras como a perda de sua única fonte de renda, quando não há outras alternativas. (MARCUS; HARPER, 1998, p. 10).

A SCF reconhece que o modelo de infância implícito nos debates sobre o trabalho infantil e nas políticas e nos programas relacionados com crianças e trabalho é derivado de fontes diversas. Isto porque, os valores das elites, das classes médias e do mundo ocidental, bem como a interpretação do trabalho infantil como “desvio” do que se considera como infância “normal”, contribuem para o modelo dominante nas políticas sobre trabalho infantil: “*O ideal da infância como um período até os 18 anos, dedicado à aprendizagem e à brincadeira, sem responsabilidades econômicas, mostra pouca relação com as experiências da maioria das crianças do mundo*”. (MARCUS; HARPER, 1998, p.9).

Assim, as intervenções relacionadas à criança e trabalho devem ser guiadas, segundo a SCF, pelos princípios da ação no melhor interesse dela, e na sua participação nas tomadas de decisões. Pois “*(...) as crianças que trabalham são as melhores conhecedoras de sua própria situação. Os programas direcionados a elas devem incluir a sua participação e de suas famílias*.” (MARCUS; HARPER, 1998, p. 9).

É possível perceber a partir da atuação da SCF que existem princípios que divergem daqueles adotados como modelos, na atualidade, tanto ao que se refere às políticas para erradicar o trabalho infantil quanto à própria noção de infância, padronizada pelos moldes das condições das classes dirigentes, em contrapartida à realidade vivida pela infância pobre. O trabalho infantil concentra um universo de estudo deveras complexo, pela sua dimensão e pela diversidade de fatores a ele

atribuídos, muito embora isto não seja de fato valorizado pela maioria das iniciativas em se combater o trabalho infantil, conforme documento da SCF:

(...) A vulnerabilidade das crianças frente à exploração e o mau trato deriva-se de sua relativa impotência em comparação aos adultos, bem como de suas necessidades específicas de desenvolvimento físico, mental e emocional. Essa vulnerabilidade é exacerbada pelo fracasso generalizado dos formuladores de políticas e ativistas, em não reconhecer a capacidade das crianças trabalhadoras; pela tendência a criar políticas que afetam a criança sem sua participação, e pela invisibilidade (que ainda persiste) de grande parte do trabalho infantil. (...) o trabalho infantil amiúde não é valorizado em sua verdadeira dimensão. (MARCUS; HARPER, 1998, p. 8)

Prevalece, na sociedade ocidental, a ideia de que as crianças, por estarem em desenvolvimento, não conseguem organizar-se em grupos que discutem e lutem por seus interesses. Por isso, necessitam de uma política que compense esta incapacidade, que sirva como escudo, diante da realidade social e como intermediário na busca da garantia de seus direitos. Mas, como descrito anteriormente, a existência de entidades organizadas pelas crianças, como o grupo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que se destacou na década de 1980, no Brasil, pela sua luta no reconhecimento como sujeitos de direito, mostra o quanto são capazes de se organizar.

Sobre a questão do trabalho infantil, Grunspun cita o exemplo de um grupo de crianças, que, numa Conferência realizada na Índia, com delegados de 33 países, a maioria do Oeste da África, defendem seus direitos de reconhecimento perante as organizações competentes, bem como defendem seu direito de trabalhar, e, para isso, formularam dez demandas:

1. Nós queremos reconhecimento de nossos problemas, nossas iniciativas, nossa proposta e nosso processo de organização.
2. Nós somos contra boicotes para produtos feitos por crianças.
3. Nós queremos respeito por nós e pelo que fazemos.
4. Nós queremos um sistema de educação cuja metodologia e conteúdo sejam adaptados à nossa realidade.
5. Nós queremos treino profissionalizante adaptado para nossa realidade e capacidade.
6. Nós queremos ter acesso a bons cuidados de saúde para crianças que trabalham.
7. Nós queremos ser consultados em todas as decisões concernentes a nós a nível local, nacional o internacional.
8. Nós queremos as origens que causam nossa situação, especialmente a pobreza, que sejam orientadas e enfrentadas.
9. Nós queremos maior atividade nas áreas rurais para as crianças não precisarem migrar para as cidades.

10. Nós somos contra a exploração no trabalho, mas somos a favor do trabalho com dignidade, com horas adaptadas para assim ter tempo para educação e lazer.

11. Em qualquer conferência queremos representação paritária (se houver 20 ministros presentes queremos 20 crianças trabalhadoras presentes). Queremos ter discussões com nossos ministros mas não queremos ser representados só por eles.

Índia/1997. (GRUNSPUN, 2000, p. 141)

As crianças precisam ser ouvidas e consultadas quanto ao seu próprio destino. Mas, a generalização de conceitos impede que as diferenças se manifestem, impondo à realidade social uma vigilância constante por parte das classes que detêm o poder econômico; o controle do saber produzido em academias; a decisão sobre a produção tecnológica, bem como as decisões políticas de organização da sociedade.

Para as crianças que trabalham resta, até então, permanecer à mercê desses grupos, contando com organizações de peso internacional, como o UNICEF, que buscam a garantia dos direitos humanos a crianças e adolescentes, mostrando o quanto elas são exploradas ao longo da história, permitindo que surjam espaços de debate, para que o tema se torne cada vez mais discutido, gerando necessidades de intervenção na realidade social de cada localidade onde houver crianças sendo mal tratadas.

Não se pode negar que as atividades, as quais o UNICEF considera como “as piores formas de trabalho infantil”, tornam as crianças escravas de adultos, numa relação perversa, na qual mais que mão-de-obra, são tratadas como mercadoria, para venda, uso e troca. Essa face cruel que não é recente na história torna a infância um tempo de vida que merece cuidados, atenção.

Mas isto não significa que todas as atividades desenvolvidas por crianças que trabalham sejam degradantes. Algumas atividades que não exponham sua integridade moral, física e social, podem fazer com que se tornem responsáveis, capazes de administrar suas próprias vidas, com autonomia e segurança. Este é o desejo de muitas crianças, como é o caso do grupo da Conferência na Índia, que elaborou um documento manifestando-se a favor do trabalho infantil, de forma digna e em consonância com as diferenças culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como princípio, analisar o processo de erradicação de trabalho infantil, em especial no Brasil, por meio das contradições sociais contidas no discurso de erradicação, tendo como referência o ECA, lei que protege a infância e a adolescência, bem como as atuações do PETI e do Fórum Nacional.

A infância pobre foi vinculada historicamente à marginalidade e vadiagem, sendo tratada como um caso de polícia e de políticas voltadas para a prevenção. Esta visão, originária na Europa, na transição entre Idade Média e Idade Moderna, surge no Brasil, após a abolição da escravidão, no final do século XIX, consolidando-se com o processo de industrialização. As crianças abandonadas eram retiradas de circulação e encaminhadas para instituições, leigas e religiosas, incumbidas pela formação do caráter das mesmas, por meio da valorização do ensino formal e do trabalho. Juntos, escola e trabalho, formavam mão-de-obra e disciplinavam os jovens para se tornarem bons trabalhadores.

A Proclamação da República em 1889 favoreceu o surgimento do ideal de progresso no Brasil. Progresso este, que se daria por meio do trabalho, da manutenção da moral e da ordem social, garantidos por lei.

Em 1927, o Código de Menores regulamenta a forma como deveria ser tratada a infância e a juventude pobre garantindo respaldo legal à visão de infância ligada à marginalidade.

Afastar as crianças pobres do convívio social, em nome de um discurso preventivo contra a marginalidade significava, em verdade, esconder a pobreza crescente a olhos nus. Por meio do internamento e do sistema de educação para o trabalho, ao mesmo tempo em que se preparava mão-de-obra válida, ocultavam-se as contradições sociais.

A partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, conhecido como paternalista, o Estado cria os Ministérios da Educação e da Saúde, priorizando o atendimento à maternidade, bem como a formação de jovens e crianças.

Em 1940, a criação do SENAI e do SENAC institui a aprendizagem como forma de qualificação de mão-de-obra garantida pelo Estado. Isto, tendo em vista que durante este período, ocorreu um crescimento da indústria nacional, mas não havia mão-de-obra suficiente.

Em 1943, a institucionalização da CLT proíbe o trabalho a menores de 12 anos, permitindo a realização de atividades, para adolescentes entre 12 a 14 anos, que estivessem frequentando a escola. Estava aí respaldada em lei, uma concessão, a qual é permitida ainda nos dias atuais.

Assim, institucionalizou-se a formação de mão-de-obra, garantindo que jovens das classes baixas fossem preparados para o trabalho, tanto na indústria quanto no comércio assegurando às classes dirigentes, o controle da mão-de-obra válida e da ordem social, na medida em que, ao oportunizar qualificação por meio de aprendizagem e ao valorizar o ensino e a frequência escolar, o Estado garantia também, o controle sobre a classe pobre, amenizando as contradições sociais, por meio de políticas sociais assistencialistas.

Nas décadas seguintes, a noção de infância pobre ligada à delinquência perdurou, mesmo que tenham ocorrido tentativas, por parte de alguns segmentos sociais, como médicos e juristas, para que se modificassem as formas de se tratar a infância. Contudo não deixou de existir a idéia de controle, por meio da intervenção de órgãos oficiais.

Durante a década de 1970, essa ideia ainda vigorava, todavia, começaram a surgir movimentos organizados pela sociedade civil e pela Igreja. Estes reivindicavam uma nova política para se tratar a infância e a adolescência.

Na mesma época, organizações internacionais como ONU, OIT e UNICEF, preocupadas com a garantia dos direitos humanos às crianças e jovens em nível mundial, iniciaram um processo para que os diferentes países, principalmente aqueles em desenvolvimento, elaborassem leis específicas de proteção integral à infância e adolescência.

Na década de 1980, momento em que o país buscava estruturar-se em bases democráticas, após a ditadura militar, através da elaboração de uma nova Constituição, ecoa no Brasil, a luta por se reconhecer crianças e jovens como sujeitos de direito perante a lei.

Em 1990, à luz de uma nova Constituição, é elaborado o ECA, conjunto de leis que garantem proteção integral para a infância e adolescência definindo-se o modelo de políticas a serem adotadas.

Dessa forma, por meio de uma legislação específica, e com o apoio do UNICEF e da OIT, inicia no Brasil, um processo que visa a erradicação do trabalho

infantil, tendo em vista que a exploração da mão-de-obra infantil é entendida por essas instituições, como violação dos direitos humanos.

Nesse mesmo período ocorre em nível mundial, a desestruturação do mercado de trabalho, como consequência de processo de globalização econômica. Este processo teve como resultado, o desemprego, tanto nos países avançados, como nos periféricos. Esta situação fragilizou ainda mais a condição de vida das classes baixas, às quais restou o atendimento por políticas sociais compensatórias.

Portanto, a busca por se erradicar o trabalho infantil não consiste apenas na tentativa de garantir que os direitos humanos de crianças e jovens sejam respeitados independente de qualquer arbitrário sociocultural; mas, representa uma forma de se qualificar o contingente expressivo de mão-de-obra que, em função das crises sociais e econômicas das últimas décadas, permanecerão à margem da sociedade, compondo um quadro de pobreza crescente. Ou seja, crianças pobres, sem escolarização e sem qualificação para o trabalho assalariado, serão adultos pobres, que darão continuidade ao ciclo da pobreza.

Esta é a racionalidade dos programas voltados a este fim, em especial o PETI, que ao inserir as famílias das crianças no projeto, garantindo-lhes o pagamento de um benefício, exigem um comprometimento por parte dos pais, em não mais explorar a mão-de-obra de seus filhos, bem como a garantia da frequência escolar dos mesmos. Ou seja, o benefício está atrelado à frequência escolar, o que faz das crianças, operárias do programa, ao vincular a obrigatoriedade do ensino, como forma disciplinadora, ao benefício remunerado, como se fosse o salário da criança.

Essa ideologia, do trabalho como disciplina e ordenamento social, ainda perdura, apesar do discurso dos direitos humanos estarem presentes nos diferentes projetos voltados para a luta contra a exploração da mão-de-obra de crianças, bem como na legislação

Assim, a busca por se eliminar o trabalho infantil, consiste num processo contraditório, na medida em que se erradica por meio da qualificação, preparação para o trabalho.

A problemática da erradicação consiste em parte, na crença de que os projetos podem transformar definitivamente a vida das crianças que trabalham, pois no caso do PETI, no qual a criança pode permanecer por quatro anos, já se sabe que em muitos casos, conforme argumentado nas sessões anteriores, os adolescentes

voltam a trabalhar, principalmente em locais precários de oportunidades de estudo ou de trabalho.

Outra contradição presente no processo de erradicação, faz parte da própria legislação, pois o trabalho para menores de 16 anos é proibido, mas o ECA permite o trabalho para adolescentes até 14 anos, como aprendizes, no qual o jovem trabalha sob a condição de estar estudando. Contudo, este trabalho muitas vezes reflete exploração, pois, conforme descrito no terceiro capítulo, o pagamento é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, no início do contrato, ou seja, o aprendiz ainda representa mão-de-obra válida ao empresariado, com pouco investimento.

Torna-se importante, contudo, destacar a louvável preocupação do UNICEF em combater as denominadas “piores formas de trabalho infantil”, as quais expõem crianças a situações degradantes, como escravidão, prostituição, tráfico de drogas e para a guerra como soldados. Esta exposição ao constrangimento moral e ao sofrimento, colocam em evidência a situação peculiar da infância, fase de desenvolvimento físico, psicológico e social. Esta condição de vulnerabilidade, favorece que as crianças sejam exploradas de diversas formas, as quais violam os direitos humanos. Esta vulnerabilidade é superestimada pelo princípio de ação dos programas que visam eliminar o trabalho infantil, pois as crianças são entendidas como seres incompletos, incapazes de autonomia suficiente para se organizarem e reivindicarem seus direitos.

Em verdade, as crianças não são consultadas para que se possa avaliar o que seria de fato melhor para elas. Talvez, um trabalho em condições favoráveis, que permita o estudo, adequado à realidade das diferentes crianças e suas culturas, fosse a sua escolha. Para o SCF, a participação das crianças na organização dos projetos e programas voltados à infância deve ser considerada, pois desta forma os direitos humanos das crianças estariam sendo respeitados.

Enfim, as crianças precisam ser ouvidas. Não basta existir uma lei apropriada para a infância e adolescência, quando estas não podem decidir sobre seus destinos, no que tange à população pobre, pois é para elas que são direcionados os programas e projetos para se erradicar o trabalho infantil.

O arcabouço legislativo ancora todas as intervenções realizadas por organizações internacionais que pretendem garantir não apenas direitos iguais a todas as crianças, mas também, como forma de interferir na organização econômica

e na produção, exercendo um controle imediato na qualificação da mão-de-obra e impedindo, ou tentando impedir, a exploração de mão-de-obra infantil.

A elaboração de leis específicas e normativas internacionais, é um indicativo de que existe na realidade social, uma particularidade, um fato que de algum modo afeta a organização social. A intervenção nesta mesma realidade, por meio de ações planejadas, respaldadas em leis, corresponde ao processo de institucionalização de um problema social, o qual deve ser resolvido. Assim, a construção da noção de trabalho infantil como problema social, resulta dos processos sociais engendrados a partir de determinado contexto histórico, social e econômico, que ao institucionalizar o trabalho infantil, criam formas de intervir na realidade social e estabelecer o controle sobre esta mesma realidade.

Dessa forma, tanto as leis quanto os programas voltados para a erradicação do trabalho infantil buscam o controle social da infância pobre, baseados na crença de que essa classe não consegue resolver seus problemas relativos à sobrevivência. Denota-se aí, que a visão sobre os pobres continua a mesma, tanto pela sua incapacidade, falta de autonomia, quanto pelo fato de representarem a parte da sociedade que precisa trabalhar para auto-sustentar-se. Ou seja, a diferenciação entre as classes sociais perdura e é ocultada, pelo processo que visa eliminar o trabalho infantil pautado no discurso de direitos iguais garantidos por leis, bem como por meio de políticas sociais compensatórias e paliativas, as quais não transformam a realidade social.

Erradicar o trabalho infantil consiste numa tarefa quase que impossível de ser realizada, tendo em vista o contingente de crianças que trabalham em atividades que não podem ser efetivamente contabilizadas, como trabalhos terceirizados pelas famílias, o que dificulta a fiscalização. Além do que, para erradicar o trabalho infantil, seria preciso erradicar a pobreza.

O trabalho de crianças não representou até pouco tempo um problema, e sim, uma solução, pois serviu como forma de disciplinar os grupos de crianças e jovens das classes baixas que carregam em função de sua origem social, o estigma da vadiagem e da delinquência. Na atualidade, muito embora o discurso apregoado seja o da igualdade social, busca-se com medidas legais, em nome dos direitos humanos, controlar a classe pobre, por meio do preparo de mão-de-obra válida, bem como disciplinar a infância pobre, para um futuro de trabalho. Pois, o processo de erradicação do trabalho infantil faz parte da lógica do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: **Olhares sobre a criança no Brasil - séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997, p.19.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1981.
- BAZÍLIO, L. C. (Coord.). **Educação e trabalho do adolescente**: algumas iniciativas na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 1997. 34p.
- BERGER, L.; LUCKMANN, T. A. **A construção social da realidade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 247p.
- BORGES, S.; COSTA, C. da; SILVA, C. S. M. da. **Vidas ameaçadas: indicadores da violação de direitos de crianças e adolescentes no Maranhão de 1991 a 1998**. São Luís: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2000. 181p.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2011.
- BRASIL. **O estatuto da criança e do adolescente**: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 1990. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família. 1995. 75p.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Geral do Trabalho. **Atividades no Ministério Público do Trabalho na erradicação do trabalho infantil e na regularização do trabalho do adolescente**. Brasília, DF, 1999, 91p.
- BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção (138) e recomendação nº 146 sobre a idade mínima de admissão a emprego, 1973**. Brasília, DF, 1993. Não paginado.
- _____. **Relatório e plano de trabalho de IPEC no BRASIL – 1998**. Brasília, DF, [1998?].
- BRESCIANI, M. S. M. Lógica e dissonância – sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.11, p.7-44, set. 1985-fev. 1986.
- CARMO, P. S. da. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992. 88p. (Coleção polêmica).
- CARNEIRO, D. A. G. **Erradicação do trabalho infantil**: estudo de políticas públicas contra a exploração da mão-de-obra infantil em Curitiba. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. 164p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 611p. (Zero à esquerda).

CENTRO DE ASSESSORAMENTO A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA. Seção Brasileira de Anistia Internacional. **Educação para a cidadania**: os direitos humanos no currículo escolar. Porto Alegre: Pallotti, 1992. 108p.

CERQUEIRA FILHO, G. **Análise social da ideologia**. São Paulo: EPU, 1988. 54p. (Temas básicos de sociologia e ciência política).

CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. 243p.

CHARLOT, B. A. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 314p.

CIPOLA, R. **O trabalho infantil**. São Paulo: Publifolha, 2001. 91p. (Folha explica).

CIRANDA. CENTRAL DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA. **A criança e o adolescente na mídia – Paraná**: uma pesquisa Ciranda – Rede ANDI. Curitiba, out./dez. 2000. 52p. (Rede ANDI)

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Estatuto da criança e do adolescente – 12 anos**: edição especial: convenção nº 138 e 182 e recomendações nº 146 e 190 – OIT; normativas internacionais: portaria nº 6/2002 – MTE. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente., 2002. 224p.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999. 483p. (Coleção tópicos).

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997. 204p.

ENGELS, F. A. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975. 397p.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado Capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 216p.

_____. **O que é política social**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 83p. (Primeiros passos; 168).

FOUCAULT, M. **História da loucura**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 551p.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Ações e perspectivas**. Brasília: 1999. 21p.

FÓRUNS empresariais sobre o trabalho infantil: síntese. Brasília: OIT, 1997. 110p.

GARCÍA MÉNDEZ, E.; BELOFF, M. (Org.). **Infância, lei e democracia na América Latina; análise crítica do panorama legislativo no marco da convenção internacional dos direitos da criança (1990-1998)**. Blumenau: Edifurb, 2001. v.1.

GRABOIS, A. P. Trabalho infantil cresce 50% na gestão Lula. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2003. Folha Cotidiano, p.C1.

GRUNSPUN, H. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTR, 2000. 160p.

INDICADORES sobre crianças e adolescentes: Brasil, 1991-96. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 165p.

MARCUS, R.; HARPER, C. **Mãos pequenas: as crianças no mundo do trabalho**. Recife: Save the Children. Programa da América do Sul. Escritório do Brasil, 1996. 77p. (Documento de trabalho; 16).

MARQUES, M. E.; NEVES, M. de A.; CARVALHO NETO, A. (Org.). **Trabalho infantil: a infância roubada**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. 248p.

MARX, K.; **O capital (Crítica da economia política). Livro 1: o processo de produção do capital**. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. 579p.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém industrializada. São Paulo. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.259.,

NORONHA, E. G. **Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. In: Encontro anual da ANPOCS, 25., 2001, Caxambu, MG. **Trabalho ...** Caxambu (MG), 2001. 16-20 out.

OLIVEIRA, O. de **O trabalho infantil: o trabalho infanto- juvenil no direito brasileiro**. Brasília, DF: OIT, 1993, 32p.

PERES, A. **A caminho da escola**. Fotos de Nair Benedicto. [s.l.]: Instituto Souza Cruz, [2002?]. 115p.

PETI. **Projeto de erradicação do trabalho infantil**. Curitiba: PMC, Secretaria Municipal da Criança. 1999.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002. 205p.

PRIORE. Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R. de; SARTOR, C. D. **Pesquisando: guia de metodologia de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: USU, 199. 144p. (Banco de dados; 6)

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. (Org.) **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.376.

_____. Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência – séculos XIX e XX. In: ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. **Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997. 39p.

SHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001. 17p.

TRABALHO infantil, desafio à sociedade: análise do programa de erradicação do trabalho infantil no período de 1996-97. São Paulo: IEE-PUC; Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social – MPAS, 1999. 157p.

WEBER, M. A. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1981. 233p.